

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV

CVces

NÚMERO 77
AGOSTO 2013

MINERAÇÃO: marco legal é concebido sem diálogo público

ENERGIA: Usinas a fio d'água viram pretexto para sujar matriz

FORMAÇÃO: iniciativas para a aprendizagem do novo sujeito político

COMO DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

A crise de representatividade abre caminhos para a participação mais direta do cidadão



Renata Saraiva
financiou seu carro
pelo Santander.

JÁ EXISTEM VÁRIAS EMPRESAS

SUSTENTÁVEIS. FALTAVA UMA EMPRESA

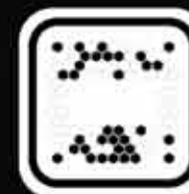
PARA AJUDAR VOCÊ A SER SUSTENTÁVEL.

CO₂ COMPENSO

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.



Agora, todo carro financiado pelo Santander vem com 1.000 km de CO₂ compensados. Essa iniciativa faz parte do Reduza e Compense, um movimento lançado pelo Santander para ajudar você a compensar suas emissões de CO₂. Para calcular suas emissões e saber como reduzir e compensar, acesse www.webmotors.com.br/co2



Saiba tudo sobre o Programa Reduza e Compense. Faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular, abra o aplicativo e fotografe este código.

 **Santander**
um banco para suas ideias

santander.com.br

Depois de junho

Muitas análises já foram publicadas desde a eclosão das “manifestações de junho”. E provavelmente outras tantas serão à medida que o fato for colocado em perspectiva na longa linha da História. Esta edição, portanto, atém-se a uma contribuição específica: com base na premissa de que vivemos uma crise de representatividade, propõe jogar luz nos caminhos por uma democracia mais direta. Em outras palavras, debate como democratizar a democracia, de forma a empoderar politicamente o cidadão e reduzir o *gap* entre a população e os centros de tomada de decisão nos poderes Executivo e Legislativo.

Este momento brasileiro não é um fenômeno localizado: traços semelhantes, guardadas as peculiaridades, podem ser encontrados, por exemplo, no movimento dos Indignados, na Espanha. Parece haver uma demanda generalizada por uma governança na qual a estrutura hierárquica, burocrática e engessada – distante do “mundo da vida”, para usar uma expressão do filósofo Renato Janine Ribeiro – abra espaço para a organização em rede, multicêntrica, dinâmica e espontânea.

Somado a isso, o Brasil padece de distorções representativas. A Casa Legislativa, por exemplo, em vez de ser um reflexo da população brasileira, reproduz as características de concentração de poder socioeconômico. Como lembra José Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Parlamento em sua grande maioria é formado por homens brancos e proprietários.

Enquanto a população brasileira é 52% feminina, a Câmara dos Deputados tem 8,7% de mulheres, e percentuais baixíssimos de representação da população indígena, da jovem e da homoafetiva. Embora metade da população seja negra ou parda, representa menos de 10% do total de deputados federais. E, dado o atual sistema de financiamento de campanha, a imensa maioria dos deputados eleitos teve a seu favor as campanhas mais caras. “Até que demorou muito para a população ir às ruas”, avalia Moroni.

Mas a presença popular em centros de decisão – o que pede novos mecanismos de participação, maior formação política e uma reforma efetiva – poderá transformar esse quadro. Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em
Sustentabilidade da EAESP
COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTERES Carol Nunes e Thais Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Marcius Marques
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Amanda Abad, Diego Viana, Eduardo Srur, Fábio de Castro,
Fabio F. Storino, Gisele Neuls, Henrique Suzuki,
José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), Júlia Lima,
Magali Cabral, Mariana Desidério,
Mônica C. Ribeiro, Regina Scharf, Ricardo Abramovay
ENSAIO FOTOGRÁFICO Poro
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis,
Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga,
Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Bandeirantes Gráfica
DISTRIBUIÇÃO Correios
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.200 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.

APOIO



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO –
EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Para receber PÁGINA22
gratuitamente, acesse
pagina22.com.br/novo_leitor



12 ENTREVISTA O filósofo Vladimir Safatle sai em defesa dos mecanismos de democracia direta, que reconheçam a força do poder popular

18 CAPA O debate sobre a crise de representatividade política no Brasil revela que o problema reside em um modelo pouco democrático de democracia

30 RETRATO Na cidade que é estacionamento, o grafismo tenta dar algum ordenamento, mas disseram que o cotidiano amolece a geometria

36 INTERMEDIÁRIOS Movimentos digitais não excluem a necessidade de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, mas as formas antigas e as novas terão de se adaptar umas às outras

40 FORMAÇÃO Conheça as iniciativas dentro e fora das salas de aula que contribuem para a aprendizagem de um novo sujeito político

44 MINERAÇÃO Para representantes da sociedade civil, o novo marco legal ignora os impactos sociais e ambientais da atividade

Seções



CAPA: Fotografia: Tom Braz

- 06 Notas
- 08 Economia Verde
- 11 Análise
- 29 WEB
- 49 Coluna
- 50 Última

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por e-mail, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Não deu no New York Times – ed. 76] Fato. A própria imprensa brasileira desconhece a ética da função. **Marcia Michelotti Sampaio**

[Entrevista com Rodrigo Mesquita – Blog da Redação] Apesar de não ser do meio jornalístico, e justamente por isso, achei a entrevista extremamente esclarecedora. **Vincenzo Inglese**

[Jornalismos possíveis – ed. 76] Venho percebendo certo descolamento das notícias destes novos meios com as dos grandes meios de comunicação. Depois das grandes manifestações de junho e julho, deixei de ler a grande mídia e agradeço muito a esses “novos repórteres”. E, baseado nos novos tempos, vou “repassar”. **Fernando Bonato**

[Eichmann na Paulista - ed. 76] A banalidade do mal (de Hannah Arendt) em ação logo ali na esquina. **José Maurício de Oliveira**

Eis o desafio de uma sociedade a cada dia mais praticante da tríplice “ista” - individualista, consumista e conformista. **Isaac Nascimento**

[As muitas bandeiras deste país – ed. 76] Perfeita colocação: “A

revolução começa dentro de cada um de nós!”. Com certeza, é a mais difícil. **Denise Lagrotta**

OUTBOX

A ilustração do artigo “Rumo à agricultura plurifuncional”, da edição 76, foi adaptada de uma obra do artista Henry Vitor sem sua autorização prévia. Pedimos desculpas pelo descuido. A versão digital já está com outra imagem.

ICARVÃO 11

O mais sujo dos fósseis **perde apoio de bancos**

Demorou para acontecer, mas o movimento tende a não ter retorno. Duas das maiores instituições financeiras multilaterais – o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento – anunciaram em julho uma guinada nas suas políticas de financiamento de usinas energéticas movidas a combustíveis fósseis. No dia 16 de julho, o Banco Mundial publicou o relatório *Toward a Sustainable Energy Future for All: Directions for the World Bank Group's Energy Sector* (disponível em bit.ly/15SSvy5), que praticamente descarta a concessão de novos empréstimos para projetos energéticos à base de carvão. “O Banco Mundial proverá apoio financeiro para novos projetos de geração elétrica a carvão apenas em raras circunstâncias”, declara a instituição no documento.

Para o escritório internacional do WWF, sediado em Gland, na Suíça, a decisão do Banco Mundial é um passo bem-vindo rumo a um futuro energético sustentável e que também deveria ser trilhado por outras instituições financeiras multilaterais. São citados o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento – faltou na lista do WWF o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“O Banco Mundial deveria interromper sua ajuda financeira a todos os projetos de energia baseados em combustíveis fósseis, consistente com a ambição do banco de estimular ações em torno da mudança climática”, recomenda Samantha Smith, coordenadora da iniciativa Clima Global e Energia do WWF internacional.

– POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA



ROAD LESS TRAVELED / FLICKR

ICARVÃO 21

A HORA DOS EUROPEUS

Uma semana depois da publicação do relatório do Banco Mundial, foi a vez de o Banco Europeu de Investimento (EIB, na sigla em inglês) – a maior instituição financeira pública do mundo – anunciar que também restringirá empréstimos a plantas geradoras de energia baseadas em combustíveis fósseis.

Somente receberão crédito do EIB usinas que liberem menos de 550 gramas de CO₂ por quilowatt-hora (kWh), que é o novo padrão de desempenho de emissões da Europa (EPS, na sigla em inglês). Na prática, o padrão exclui da carteira do EIB usinas a carvão, embora o apoio financeiro poderá ser concedido a plantas que utilizarem tecnologias avançadas de carvão se incluírem cogeração com biomassa e captura de calor

(acesse bit.ly/12LebYT e bit.ly/13jofHJ, onde pode ser consultado o documento do EIB que embasa as novas medidas).

Apesar de considerarem a nova política do EIB para aprovar empréstimos a projetos de energia melhor do que as regras atuais, organizações ambientalistas europeias criticam as exceções inseridas na proposta. Segundo a Counter Balance, uma coalizão de ONGs ambientalistas e de desenvolvimento sediada em Bruxelas, na Bélgica, preocupa que a versão rascunho do documento do EIB abra exceção à sua nova regra a uma planta que contribua para a segurança do fornecimento dentro da União Europeia ou quando ela contribui para o alívio da pobreza e o desenvolvimento.

“É importante que se clarifiquem essas exceções, porquanto elas podem abrir as portas para qualquer projeto sujo de carvão

receber financiamento se seus proponentes conseguirem convencer de que o empréstimo é essencial para a segurança energética”, diz Kuba Gogolewski, responsável pela campanha de energia da Bankwatch, entidade da República Tcheca que integra a Counter Balance. Outra instituição multilateral que se prepara para também anunciar limitações ao financiamento de usinas a carvão é o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (Berd; veja documento sobre a nova política de energia do banco em bit.ly/1ca6Ed0). (JAGP)

LIVRO

NÃO HÁ CAMINHO LINEAR

(1) *Sei que meus hábitos, como usar um SUV (carro com alto consumo de combustível), são danosos ao meio ambiente.* (2) *Sei que mais cedo ou mais*

tarde as consequências se voltarão contra mim e os meus. (3) *Mesmo assim, em pouco ou nada modifico meus hábitos de consumo.* Este paradoxo já exposto pelo sociólogo Anthony Giddens é reapresentado por Humberto Mariotti em sua mais nova obra, *Complexidade e Sustentabilidade* (Ed. Atlas), para exemplificar que não há como acreditar em soluções simplistas ou lineares, baseadas no raciocínio binário. Longe disso, uma rede de conexões de alta imprevisibilidade e risco, para além de qualquer planejamento, é o cenário com que devemos trabalhar.

O autor, que fundou e coordena o Centro de Estudos de Gestão da Complexidade da Business School São Paulo, propõe que a sustentabilidade seja compreendida pela ótica do pensamento complexo, capaz de considerar os paradoxos e lidar com eles, em vez de negá-los. Mariotti cita com um paradoxo bem representativo a busca de crescimento econômico que se pretende infinito em um planeta de recursos naturais finitos.

O professor faz uma crítica da visão quantitativa e instrumental que muitos têm hoje da sustentabilidade, que em geral não leva em conta a natureza humana, ou ao menos não a considera para além de seus aspectos superficiais. Para ele, ainda levará tempo para as pessoas perceberem que complexidade e sustentabilidade são conceitos relacionados.

– POR AMÁLIA SAFATLE



DIVULGAÇÃO

OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO*

DESENVOLVENDO HUMANIDADE

Quando o imundo gato alaranjado apareceu no pátio daquela prisão em Michigan, nos EUA, Troy Chapman agachou-se para acariciá-lo. Era o primeiro animal de estimação que ele pôde acariciar nos mais de 20 anos de cumprimento de sua sentença por homicídio, de um total de 60 a 90 anos. Naquele dia, Troy passou pelo menos 20 minutos com o bichano e, nos dias seguintes, viu muitos outros prisioneiros fazendo o mesmo, formando fila durante os horários de banho de sol.

Ser bondoso e carinhoso, em uma prisão, é sinal de fraqueza, de vulnerabilidade. É baixar a guarda em uma instituição onde, muito mais do que na de escoteiros, é preciso estar sempre alerta, mostrar o quanto se é “durão”. Não é de se espantar, portanto, que muitos saiam dessas instituições ainda piores do que entraram. Mas, para Troy, aquele gato mostrou o quanto de humanidade ainda havia em muitos deles, o quanto estavam dispostos a cuidar de alguém, o quanto precisavam de alguém que precisasse deles (veja seu relato em goo.gl/CPHkzS).

Após apontar os mecanismos psicológicos que nos levam a mentir e a trapacear (“Pequenos delitos”, ed. 68), a cometer delitos (“Ações exemplares”, ed. 73) e até mesmo a torturar (“Eichmann na Paulista”, ed. 76), achei por bem apontar também caminhos para aflorar nos seres humanos sua própria humanidade.

O caso daquela prisão de Michigan não é único, tendo virado política pública em alguns presídios. Em Ohio, também nos EUA, um programa cede a prisioneiros (selecionados com base em seu comportamento na prisão e ausência de histórico de maus-tratos) filhotes de cachorro, que ficam com eles 24 horas por dia, inclusive dormindo em sua cela, até completarem 1 ano de idade, quando vão para uma família adotiva. Eles têm a responsabilidade de cuidar dos filhotes e de treiná-los. A má conduta do prisioneiro retira-lhe a guarda do animal.

Os resultados são animadores: 97% dos prisioneiros do programa demonstram ao final maior capacidade de empatia e menos casos de depressão, 87% melhoram suas habilidades comunicativas, e há uma melhora generalizada na conduta dos participantes dentro do presídio. E 95% deles, ao final, conseguem uma certificação de cuidador de animais. Se voltam a delinquir depois que saem da prisão, ainda é uma questão em aberto, embora isso também dependa de muitos outros fatores — por exemplo, a relutância dos setores formais em contratar pessoas com antecedentes criminais.

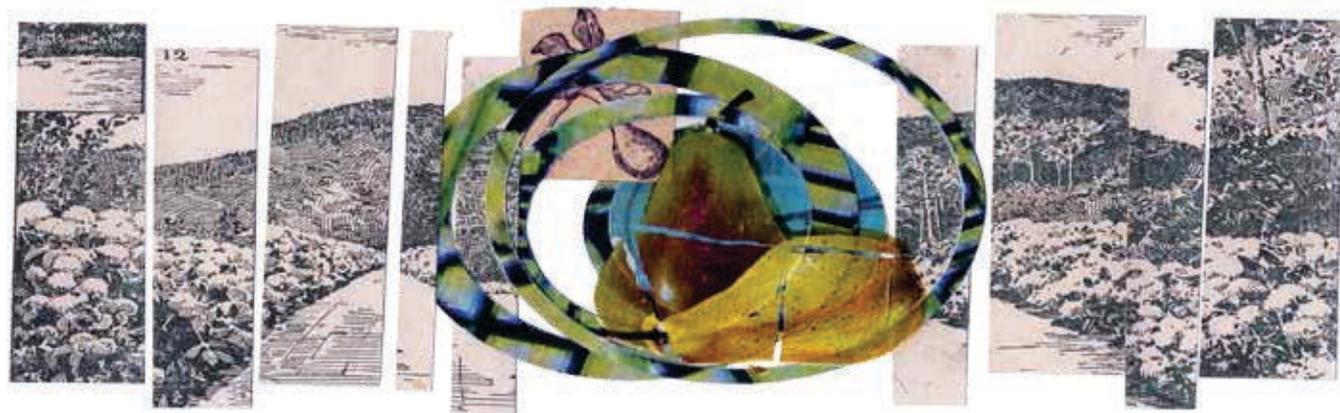
Pode a compaixão ser “ensinada” a adultos? Alguns pesquisadores acreditam que sim. Em artigo recente da *Psychological Science* (ver goo.gl/EEClfm), descrevem um experimento no qual voluntários foram submetidos à prática budista de meditação compassiva, medindo a diferença entre antes e depois da intervenção, por meio de ressonância magnética funcional (fMRI). O grupo de tratamento demonstrou maior empatia com o sofrimento de estranhos e maior altruísmo que o grupo de controle, e as maiores diferenças estavam associadas a mudanças nas atividades de algumas regiões do cérebro, em especial aquelas envolvidas com a empatia, com a cognição social e com a regulação das emoções.

Seja para criarmos políticas de ressocialização de fato, seja para resolvermos os grandes desafios mundiais, essencialmente dilemas coletivos, precisamos colocar em prática o que sabemos ser capaz de influenciar positivamente o comportamento pró-social.

* FABIO F. STORINO É DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO



JEAN-FRANÇOIS CHÉNIÈRE / FLICKR



Fio de incerteza: Solução aparente para desastres ecológicos, usinas sem reservatório viram pretexto para sujar matriz elétrica do Brasil

MAGALI CABRAL

Usinas a fio d'água foram adotadas como solução para atender ao crescimento da demanda brasileira por energia nas próximas décadas sem precisar alterar a formidável estrutura da matriz elétrica do País – baseada na maior parte em fontes renováveis, com 81,9% da geração provenientes de hidrelétricas e 6,6% de biomassa [1]. A tecnologia do fio d'água – apesar de tolerar um pequeno alagamento para além das margens naturais do rio em alguns casos – dispensa a formação de grandes reservatórios, como os de Itaipu, no Paraná, Tucuruí (Pará) e Sobradinho (Bahia), que produzem efeitos devastadores às populações humanas e à fauna e flora locais. A alternativa do fio d'água parece ótima na teoria, mas na prática vê-se que não é tão simples.

De solução sustentável, as hidrelétricas a fio d'água hoje se transformaram em argumentos favoráveis ao fomento das termelétricas movidas a combustíveis fósseis, como carvão mineral, gás natural e óleo combustível, os principais vilões das emissões de gases-estufa e partículas poluentes na baixa atmosfera. Ao contrário das usinas com grandes reservatórios, que fornecem energia mesmo na estação seca, uma usina a fio d'água aproveita a vazão natural do rio que, por sua vez, depende das chuvas, condição que torna esse modelo vulnerável. Sobre esse cenário, pesam, ainda, os impactos adversos decorrentes das mudanças do clima, o chamado risco climático.

Na opinião do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, as fontes hídricas perdem o poder de regularizar o sistema elétrico a partir do momento em que o governo passa a construir hidrelétricas a fio d'água. Turbinada a fio d'água, a Usina de Belo Monte, no Pará, ilustra bem o problema. Sua capacidade instalada é de cerca de 11.200 megawatts, mas possui energia assegurada de apenas 4.500 MW em média ao longo do ano. “Na época das chuvas, vai até

verter água, mas durante a seca pode ser que não se produza nada, porque não há um reservatório”, afirma Pires.

As termelétricas, além de suas instalações mais simples e econômicas, não dependem da sazonalidade climática. É essa característica que serviu como argumento para o Ministério de Minas e Energia (MME) incluir térmicas movidas a combustíveis fósseis na série de leilões agendados para este ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Mas a que preço? O valor monetário da energia de fonte fóssil e não renovável pode até ser competitivo. Contudo, ao embutirem-se os custos das externalidades negativas provocadas pelas térmicas, sobretudo as mudanças climáticas, o dilema volta à estaca zero.

Os prós e contras que alimentam esse *trade-off* (conflito de escolhas) do setor elétrico não param aí. Embora aparentemente tentem figurar como uma resposta à pauta ambientalista, o modelo fio d'água também pode acarretar enormes impactos socioambientais. Belo Monte de novo é um bom exemplo. “É fácil dizer que a energia gerada a partir da água é a mais barata do mundo quando o custo não computa o sofrimento das pessoas que habitavam a região inundada”, argumenta Lury Paulino, da direção nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). “É inadmissível permitir que uma grande riqueza como a energia de Belo Monte saia da região, enquanto a população que deu o local para fazer tudo aquilo é alocada em casas que se assemelham a um campo de concentração”, protesta Paulino, referindo-se ao reassentamento de aproximadamente 8 mil famílias ribeirinhas na região do Xingu em conjuntos habitacionais pré-moldados.

Qual será, afinal, a combinação que melhor proporciona segurança energética e atenua danos

socioambientais? O coordenador do programa de clima do WWF-Brasil, Carlos Rittl, crê que o Brasil possui vasto potencial para suprir sua demanda por décadas com fontes renováveis.

Segundo ele, o governo precisa ser mais rigoroso com as medidas de mitigação de impactos gerados na construção de usinas a fio d'água e complementar sua matriz com eólicas, cuja produção é inferior a 5% do potencial do País para essa fonte; com biomassa da palha de cana-de-açúcar e de resíduo de madeira de produção legal; e, por fim, com energia solar fotovoltaica.

A solução para o conflito de escolhas ainda não está evidente, mas o estudo do Cebds sobre clima e energia surge como importante contribuição para diminuir as

incertezas. O estudo analisou três situações – a de uma usina a fio d'água de até 30 MW, uma usina com até 100 MW e outra com mais de 1.000 MW. Os resultados apontam que, de fato, a vulnerabilidade das usinas a fio d'água em um cenário de mudanças climáticas supera a de usinas com reservatórios. “Se não for assegurada uma oferta complementar de energia por meio de outras fontes além da hídrica, cria-se, a médio prazo, um ambiente de insegurança energética no Brasil”, advertem os autores do estudo.

[1] Os dados fazem parte do *Estudo sobre adaptação e vulnerabilidade à variabilidade climática: casos do setor elétrico brasileiro*, lançado em julho pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), com apoio da WayCarbon e da Conservação Internacional (bit.ly/18f95si)

A agricultura do futuro: Indicadores agroambientais da OCDE mostram que o campo pode produzir com menos impactos adversos

GISELE NEULS

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou no fim de junho uma análise dos indicadores de desempenho agroambiental de seus países-membros entre 1990 e 2010. Nas duas décadas avaliadas, os países da OCDE mostram melhorias na gestão de nutrientes, pesticidas, energia e água, usando menos desses insumos por unidade de volume de produção.

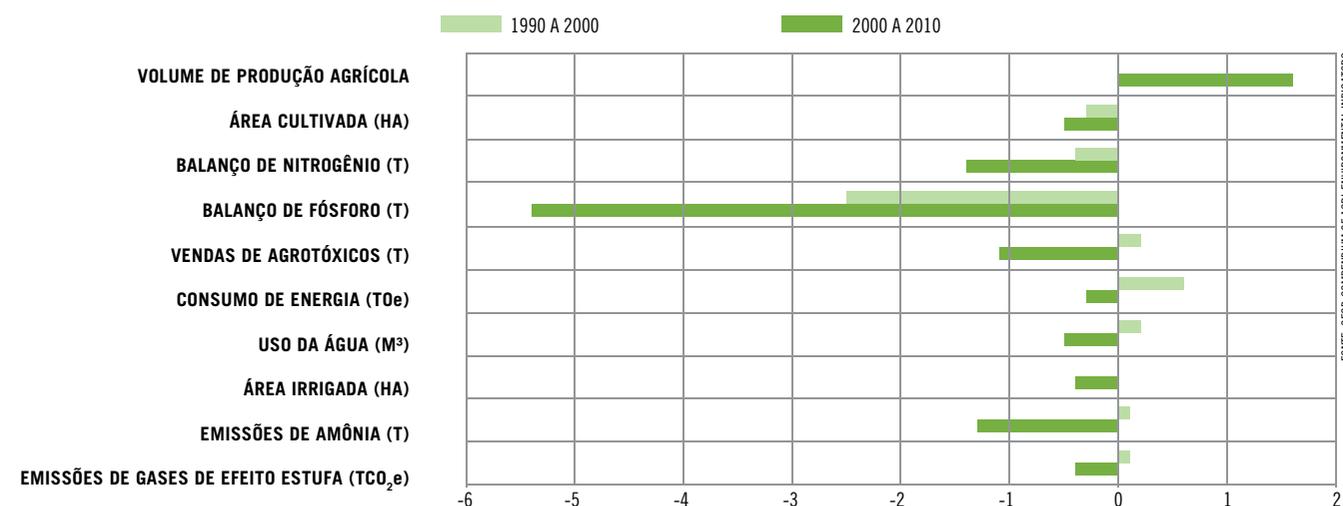
Mas duas ressalvas precisam ser feitas antes de comemorar: o ritmo de crescimento da produção agrícola foi lento ao longo dos anos 2000 e o volume de área cultivada diminuiu, tomando-se os 34 países da OCDE em conjunto. A produção cresceu mais rapidamente no grupo dos exportadores, como Austrália, Canadá, Chile, Israel, Nova Zelândia, Turquia e Estados Unidos – países

onde a pressão ambiental sobre os recursos naturais acompanhou esse crescimento.

Mesmo assim, os indicadores apontam que o campo é capaz de enfrentar os desafios ambientais futuros. As vendas de agrotóxicos na última década, por exemplo, diminuíram 1,1% ao ano, mostrando tendência de descolamento desse indicador com o aumento da produção. No Chile, onde a produção cresceu mais na década de 2000 – 16,3% –, as vendas de agrotóxicos aumentaram 2% ao ano.

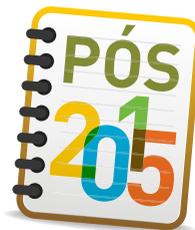
Os indicadores agroambientais da OCDE foram desenvolvidos em cooperação com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o escritório oficial de estatísticas da União Europeia, o Eurostat. O relatório, em inglês, pode ser lido em bit.ly/16MmQvo.

DESEMPENHO AGROAMBIENTAL NA OCDE DE 1990 A 2010 (% DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO)



OBS.: As unidades de medida são hectares (ha), tonelada (t), tonelada de óleo equivalente (toe), metro cúbico (m³), tonelada de dióxido de carbono equivalente (TCO₂e). Por motivos técnicos, o aumento da produção agrícola não foi calculado para o período 1990-2000. O crescimento anual da área irrigada entre 1990 e 2000 foi menor que 0,1% ao ano.

Dinheiro **escasso e malgasto** : O financiamento internacional em crise desafia a construção de metas de desenvolvimento pós-2015. Além disso, propõe-se uma aplicação mais eficaz do recurso **GISELE NEULS**



Em 1970, os países ricos estabeleceram uma meta ambiciosa: aumentar o volume de recursos destinados à ajuda ao desenvolvimento até chegar ao piso de 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) de cada um. O dinheiro passou a compor a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, Official Development Assistance) – hoje uma das mais importantes fontes de recursos para financiar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) [1].

Quadro décadas se passaram e apenas cinco países cumprem a meta do 0,7%: Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia. Os Estados Unidos, maior doador em volume de recursos, destinaram apenas 0,19% do seu PNB para a ODA em 2012. Em abril, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou que o volume de doações caiu 4% no ano passado, depois de já ter declinado 2% em 2011. Esta é a primeira vez desde 1996 que a doação de recursos à ajuda internacional diminui por dois anos consecutivos – e nada indica que o cenário vá melhorar. Análises do Banco Mundial [2] sobre o impacto de crises financeiras sobre os fluxos de ajuda internacional mostram que, após queda expressiva, as doações levam cerca de 15 anos para retornar aos níveis pré-crise. Como será, então, o financiamento das metas de desenvolvimento pós-2015?

É ponto pacífico entre especialistas que o principal impacto dos ODM foi sobre o sistema de ajuda internacional. Além de determinar os modelos de financiamento das próprias agências da Organização das Nações Unidas (ONU), suas metas serviram de referência para os mecanismos de ajuda bilateral e nortearam as ações de financiamento de organismos multilaterais como a OCDE. Mas três pesquisadores ligados a Oxfam, Duncan Green, Stephen Hale e Matthew Lockwood [3], ressaltam que o cenário atual é bem diferente daquele do fim da década de 1990, quando os Objetivos do Milênio foram concebidos. Naquela época, o mundo vivia uma onda de otimismo pós Guerra Fria e a ONU havia realizado uma série de conferências internacionais bem-sucedidas, como a Rio-92. Hoje,

a recessão na Europa e nos EUA é acompanhada por crescente desilusão com a diplomacia internacional, depois de uma série de negociações paralisadas sobre comércio, mudança climática e biodiversidade, entre outros temas.

Os pesquisadores apontam que a ajuda é cada vez menos importante no cenário atual, não só por conta do declínio no volume de recursos disponíveis. Dizem que a relação de dependência dos países em desenvolvimento com essa ajuda também tem diminuído. Segundo a ActionAid, ao longo da última década, a dependência do auxílio internacional caiu, em média, um terço nos países mais pobres [4]. Em Moçambique, por exemplo, a dependência de dinheiro internacional para compor o orçamento nacional passou 74% para 58%.

Green, Hale e Lockwood dizem que o acordo pós-2015 não pode esperar que o financiamento ao desenvolvimento garanta o cumprimento das metas. O ponto agora é induzir diretamente governos, propondo mudanças de legislação; influenciando decisões não só por meio de ajuda, mas também de acordos e sanções; e dando a organizações da sociedade civil mais ferramentas para pressionar, participar e estimular seus governos.

Para David Satterthwaite, do International Institute for Environment and Development (IIED), o maior problema está na forma como o recurso é empregado. A seu ver, a crise na ajuda internacional está na capacidade limitada das grandes agências e bancos de desenvolvimento de apoiar iniciativas e organizações de bases locais – mais eficazes no cumprimento de metas de redução de pobreza.

“Hoje, essas agências de financiamento fornecem US\$ 125 bilhões por ano em ajuda aos governos nacionais na África, Ásia e América Latina, mas, para economizar nos custos com pessoal, os doadores preferem financiar poucos projetos de grande porte em vez de vários pequenos projetos locais”, aponta Satterthwaite. Exemplos vindos da África e da Ásia apontam a melhor direção, como o Urban Poor Fund International (sdinet.org/upfi), ou Fundo Internacional para a Pobreza Urbana, em tradução livre. O fundo, que apoiou mais de 200 mil famílias na construção ou reforma de suas casas e na garantia da posse de seus lotes, é gerido por uma federação internacional de moradores de favelas que decide suas prioridades. Outro exemplo é o da Coalizão Asiática para Ação Comunitária (achr.net), que financiou mais de mil iniciativas comunitárias em 168 cidades, todas com pequenos valores.

“São casos excepcionais de sucesso, que poderiam ser replicados em larga escala se os doadores mudassem sua forma de funcionamento.” Somados, os dois fundos administram não mais que US\$ 35 milhões. “Imagine se apenas 1% da ajuda internacional anual fosse gasto dessa forma”, provoca Satterthwaite.

[1] Os ODM consistem em 8 objetivos com 18 metas a serem alcançadas até 2015, acordados em 2000 por 23 organizações internacionais e 192 países. [2] O estudo, disponível em bit.ly/13ODERO, analisou o período de 1977 a 2007. [3] Os três são autores do paper *How can a post-2015 agreement drive real change?*, disponível em bit.ly/RBko9Z. [4] Veja mais em bit.ly/pleHE8.

Propostas para a conferência do meio ambiente

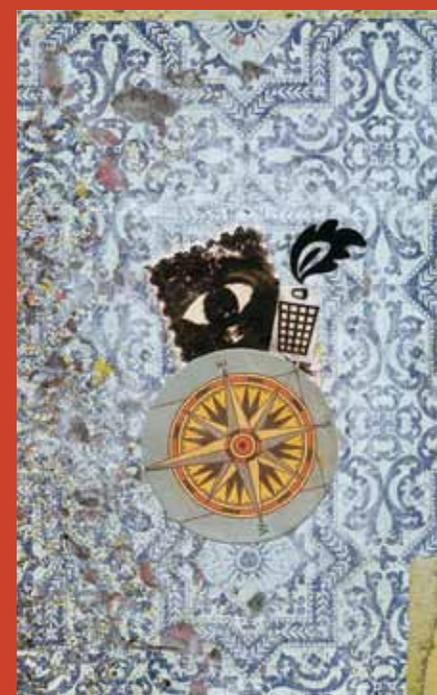
Mais que destinar corretamente o lixo, o fundamental é a sua expressiva diminuição

POR RICARDO ABRAMOVAY*

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ocupa o centro da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que se realiza em Brasília de 24 a 27 de outubro (*mais em conferenciameioambiente.gov.br/a-4a-cnma*). O que está em jogo vai muito além do indispensável fechamento dos lixões e de sua versão levemente melhorada (os aterros controlados), que ainda recebem 40% de todos os resíduos domiciliares do País. Mais importante que acabar com os lixões é mudar a própria relação da sociedade com os remanescentes daquilo que consome. O fundamental não é a destinação correta do lixo (embora isso seja importante, claro), mas sim a sua expressiva diminuição, ou seja, a transformação e a valorização daquilo que sobra do consumo para que sirva de base à formação de nova riqueza. A expressão “lixo zero” já se tornou lema da política de resíduos sólidos em algumas cidades, como San Francisco [1], e faz parte das metas de empresas globais, como a Walmart [2].

É preocupante o contraste entre as ambições da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a lentidão com que ela se transforma em realidade. Apenas 16 estados brasileiros e menos de 10% dos municípios já elaboraram seus planos. É claro que há problemas legais e administrativos imensos para que a gestão do lixo busque, antes de tudo, a valorização dos materiais de que ele é composto. Esses problemas, entretanto, podem ser abordados de maneira coerente e harmônica se forem enfrentados quatro desafios, que deveriam formar o eixo da conferência de outubro.

Em primeiro lugar, é fundamental que as grandes marcas globais ajudem a aplicar no Brasil aquilo que já fazem nos países desenvolvidos: nos Estados Unidos, a Coca-Cola e a Nestlé Waters comprometeram-se recentemente a organizar e financiar o sistema de coleta e recuperação de seus resíduos na proporção daquilo que colocam no mercado, conforme relatório recente



da organização As You Sow [3]. O WWF firmou um acordo com a Coca-Cola que inclui a recuperação e a reciclagem de suas embalagens, mas com metas quantitativas somente para os países desenvolvidos [4].

A conferência pode ser uma ocasião para que o compromisso com a coleta e a recuperação seja assumido pelas grandes marcas globais que atuam no Brasil. Não se trata simplesmente de auxiliar o sistema de forma tópica e localizada: trata-se de assumir o princípio do poluidor pagador e responder financeiramente (e em alguns casos fisicamente) por coletar e destinar corretamente os resíduos. Como essa responsabilidade é onerosa, ela funciona também para sinalizar aos produtores a urgência de melhorar suas embalagens, utilizando menos materiais e desenhando os produtos de maneira a facilitar o reaproveitamento dos resíduos.

O segundo desafio, muito relacionado ao primeiro, está no reconhecimento do

trabalho dos catadores de resíduos sólidos como prestadores de serviços ambientais. Esse reconhecimento não se confunde com a venda dos produtos que eles recolhem, pois nem sempre há mercados favoráveis para tais produtos. As catadoras indianas de resíduos sólidos oferecem instrutiva aula de economia neste vídeo [5]: demonstram, de maneira persuasiva, que o trabalho de recolher as embalagens das ruas tem de ser pago e que esse pagamento deve vir de quem fabrica e oferece os produtos envolvidos por essas embalagens.

O terceiro avanço da conferência consistirá em retomar a discussão nacional sobre a taxa domiciliar do lixo. É óbvio que a sociedade paga pelo lixo domiciliar coletado. Mas a irresponsável demonização da taxa do lixo fez com que esse pagamento se escondesse no imposto territorial, o que inibe sua utilização com finalidades de política pública.

Por fim, é fundamental que essa responsabilidade do setor privado seja enquadrada legalmente com base em objetivos ambiciosos. Na União Europeia, por exemplo, o recolhimento de material eletrônico é organizado pelo setor privado, mas as metas são definidas pelo Estado: até 2005 o objetivo era recuperar 4 quilos *per capita* de resíduos eletrônicos, montante que foi elevado, posteriormente, tendo em vista o aumento do consumo, a 20 quilos anuais *per capita* até 2020, como mostra relatório recente da Agência Ambiental Europeia [6].

O Brasil não será uma sociedade saudável na maneira como gere os materiais que formam sua riqueza enquanto o setor privado não assumir a responsabilidade estratégica que lhe cabe. É disso que depende o próprio sucesso da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

* PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP, PESQUISADOR DO CNPQ E AUTOR DE *MUITO ALÉM DA ECONOMIA VERDE* (PLANETA SUSTENTÁVEL/ABRIL). TWITTER: @ABRAMOVAY BLOG: RICARDOABRAMOVAY.COM

[1] Acesse o documento em goo.gl/U072h5. [2] Entenda o programa em goo.gl/EPH1Pt. [3] Relatório disponível em asyousow.org/sustainability/eprrreport.shtml. [4] Mais em goo.gl/7hpyNy. [5] Assista ao vídeo em goo.gl/CEsU4. [6] Leia o relatório em goo.gl/UYNtH.



Professor de Filosofia na Universidade de São Paulo, colunista da *Folha de S. Paulo* e de *CartaCapital* e comentarista do *Jornal da Cultura* na TV Cultura. Entre outros livros, escreveu *A Esquerda Que Não Teme Dizer Seu Nome*, publicado em 2012 pela editora Três Estrelas

Todo poder ao povo

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA E MAGALI CABRAL FOTO HENRIQUE SUZUKI

A crise global da democracia representativa somente será superada por meio de mecanismos de democracia direta, opina o filósofo **Vladimir Safatle**, estudioso do psicanalista francês Jacques Lacan e hoje um dos principais pensadores da esquerda no Brasil. Entusiasta do processo de elaboração do projeto de uma nova Constituição na Islândia – que foi levado a plebiscito em outubro de 2012 e prevê o veto popular a leis aprovadas pelo Parlamento –, o filósofo defende a convocação de plebiscitos pelos eleitores, que também deveriam ter direito a mandar de volta para casa parlamentares que não cumprissem o programa apresentado na campanha eleitoral.

“Por que não podemos pensar em uma experiência democrática na qual questões como contração de dívidas, declaração de guerra e grandes obras de infraestrutura sejam decididas por votação popular direta?”, indaga Safatle, que conversou por quase uma hora com a reportagem de PÁGINA22 em uma tarde típica de inverno de uma sexta-feira em sua sala no Departamento de Filosofia da USP.

Ele reconhece ser necessário construir uma engenharia política mais complexa para transpor uma experiência de 320 mil habitantes (população da Islândia) para um país de quase 200 milhões de pessoas, como o Brasil. Mas, diz Safatle, a dificuldade não pode ser usada como desculpa para bloquear sua adoção no País: “As generalizações sempre partem de modelos em situação localizada”.

A crise política que ocorre no Brasil e no mundo inteiro é uma crise da democracia representativa como um todo ou uma crise particular do monopólio da representação política pelos partidos?

Acho que é uma crise do conceito de democracia representativa. Claro que ficou muito mais evidente com a crise do capitalismo que vem de 2008. Não há crise econômica que não tenha como uma das suas causas a impossibilidade de a política agir como elemento bloqueador de certos interesses desestabilizadores da vida social. A crise do capitalismo global é antes de tudo a crise da globalização enquanto programa. Não por outra razão, todos esses países que de uma maneira ou de outra entraram no processo de globalização – seja como mercados emergentes, no caso do Brasil, caso da Turquia, seja como mercados fornecedores de matérias-primas, como o mundo árabe, ou mesmo países que entraram no processo de constituição europeia de maneira retardatária, como Espanha, Portugal, Grécia – todos são vítimas desse processo de globalização.

Ficou evidente nesses países, em primeiro lugar, como a democracia representativa é completamente frágil. Fraca diante dos grandes interesses do sistema financeiro internacional. Ela não consegue se contrapor. Você pode trocar de partido, mas as políticas continuam as mesmas. Esses grandes partidos, sejam da tradição social-democrata, como o Partido Socialista Francês, sejam da centro-direita, nenhum teve condição de aparecer como um garantidor dos interesses da sociedade civil contra os interesses dos grupos econômicos hegemônicos.

Então, dentro desse quadro só há uma saída, que é a constituição de uma verdadeira democracia direta, baseada na capacidade de reconhecer a força do poder popular. E é muito interessante perceber que o Brasil entrou nesse ciclo (*de protestos*) porque seu processo de desenvolvimento econômico mostrou seus limites. A população percebeu muito claramente os limites desse processo, cujo auge foi o lulismo.

Por que motivo o que se considera a maior onda de protestos de rua da História brasileira, a de junho, não aconteceu duas ou três décadas atrás, quando a situação social do País era muito mais adversa?

Segundo o conceito de frustração relativa de (*o historiador Alexis de*) Tocqueville, as pessoas comparam com aquilo que poderiam conseguir. Ou seja, é óbvio para boa parte da população brasileira que nós poderíamos conseguir mais. É a sexta ou sétima economia do mundo, um PIB idêntico ao da Grã-Bretanha com serviços públicos idênticos aos do Gabão. Existe alguma questão de divisão de renda que poderia ser pensada de outra forma. Esse é o cálculo que as pessoas fazem. Por outro lado, é bom lembrar que o Brasil sempre foi um país de grandes conflitos populares. Essa versão de que o brasileiro é um povo cordato, que não temos grandes manifestações, isso é completamente falso.

É verdade que houve um hiato de uns 20 anos do governo Fernando Henrique ao governo Lula, quando as grandes manifestações saíram um pouco de cena. Mas lembro que no governo Fernando Henrique ocorreram manifestações do Movimento dos Sem Terra que pararam o Brasil. No (*governo*) Lula, houve uma desmobilização muito forte. Mas isso foi um hiato. Até o final dos anos 1980, os sindicatos chamavam grandes greves gerais, o Brasil parava. Estamos simplesmente voltando ao lugar natural da política brasileira, que é esse espaço das grandes mobilizações e manifestações populares, seja à direita, seja à esquerda. Essa é a nossa História, ela continua agora.

A força da democracia está na ausência de medo quanto à sua recriação contínua

Como o senhor analisa o formato muito distinto das mobilizações de junho das que ocorriam antes no Brasil? Na segunda etapa dos protestos, após a repressão policial à manifestação do dia 13 de junho em São Paulo encabeçada pelo Movimento Passe Livre (MPL), os protestos tomaram dimensões que fugiram ao controle de instituições tradicionais, como os partidos, as entidades estudantis e movimentos sociais mais longevos. Talvez de forma inédita no País, os protestos de massa nasceram com uma espontaneidade muito grande.

É verdade. Isso é uma característica muito específica dessa situação. É fato que houve uma espontaneidade das manifestações. Teve uma causa específica que se desdobrou e virou duas causas, porque era não só a questão dos transportes, mas também a da violência policial, que foi o elemento detonador do processo. A partir do momento em que essas duas causas mostram sua capacidade de mobilização, destravam a participação popular e fazem acontecer manifestações as mais díspares. O mais interessante é que esse é o modelo tradicional de manifestação popular. Poderia fazer um largo histórico de várias manifestações populares, desde a Revolução Francesa, em que o processo foi mais ou menos esse. As pessoas saem por uma questão específica e vão percebendo que a questão específica está vinculada a um problema estrutural mais global que sobe à cena. A Revolução Russa não aconteceu porque as pessoas saíram às ruas exigindo comunismo. Aconteceu porque elas foram para as ruas pedindo paz, terra e pão. De repente, esse processo foi crescendo e se desdobrando em uma crítica mais global.

E houve uma oposição à presença dos partidos nos protestos que há muito tempo não se via, de uma forma tão ostensiva e com tanta repercussão pública.

Foi, isso é novo, você tem toda razão.

Aí uma parte da esquerda recuou dizendo que a direita estava tomando conta das manifestações. Outra parte admitiu que era hora de renovar os métodos de fazer política, a estética, a linguagem. Como o senhor vê essa questão?

Em primeiro lugar, essa manifestação contra partidos justifica-se pelo fato de que nos últimos 20 anos testamos os dois grandes consórcios criados na política brasileira, o do PSDB e o do PT, que demonstraram claramente seus limites. Portanto, essa demanda (*por um protesto*) sem partido, por um lado, é a compreensão de que dentro do quadro partidário atual não há mais nada a se testar.

O PSTU e o PSOL também foram vaiados.

Sim, mas são partidos que poucos conhecem. Não dá para colocar sua rejeição no mesmo nível. No entanto, existe outra questão global que é uma crítica à forma partido em geral. E essa também não deve ser desqualificada. Ao contrário, eu diria que é a mais importante, porque mostra que se esgotou esse modelo de representação política no qual o grande ator político é o partido ou o sindicato ou o movimento institucionalizado. As pessoas não querem mais entrar em um partido, porque não querem submeter a sua capacidade crítica e a sua indignação a um cálculo tático eleitoral. Ou coisa do tipo: “Eu não vou demonstrar minha indignação a respeito disso porque afinal de contas isso pode fragilizar o partido ao qual faço parte, e com isso vou ajudar o inimigo”. Essa lógica as pessoas não aguentam mais. É um modelo de pensamento político que tende a sair de cena, porque esse engajamento custa caro do ponto de vista político.

Não querer se submeter à governabilidade, não é?

Exato. Não só se submeter à governabilidade, mas não querem admitir que a única possibilidade de governança é esse modelo de governabilidade. “Por que é que uma parte dessas atribuições de poder não fica comigo diretamente?” “Por que todas as decisões ligadas a mim como ator econômico, ator social, ator político devem ser passadas para um representante que vai falar em meu nome?” Talvez estejamos entrando em um momento em que essa equação da representação vai mudar. Quer dizer que há desejos populares que serão mais representados, serão imediatamente postos pelo poder popular. Por exemplo, por que não podemos pensar em uma experiência democrática na qual questões como contração de dívidas, declaração de guerra e grandes obras de infraestrutura sejam decididas por votação popular direta? Não há nenhuma razão para que isso seja impossível.

Um exemplo estaria na Islândia?

Existem vários exemplos. Algumas pessoas tendem a dizer: “Onde isso funciona?”, como se em algum lugar a democracia estivesse funcionando bem. Como se houvesse um lugar onde não existissem grandes manifestações contra a experiência democrática tal como ela está colocada agora.

A democracia está sempre sendo recriada.

Essa é a força da experiência democrática, é a ausência de medo em relação à sua própria recriação contínua. E nós estamos em um momento de profunda recriação.

Há algum lugar onde isso esteja mais avançado?

De fato, acho o processo de elaboração da nova Constituição islandesa uma experiência a ser meditada, a maneira como eles saíram da crise econômica por meio de uma politização da economia, a maneira com que transpuseram para a decisão popular todas as grandes decisões a respeito da gestão da crise. O Parlamento da Islândia havia decidido fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional para a negociação das dívidas dos bancos. Dívida privada tinha sido transformada em dívida soberana do Estado. Graças a uma manobra do presidente (*Olafur Ragnar Grimsson*), essa decisão foi para referendo e rejeitada duas vezes. Ou seja, a ideia de que toda negociação de dívida pública passe por plebiscito, referendo, poderia se transformar em um princípio fundamental de todos os governos. Os gregos tentaram fazer um referendo (*em junho de 2011 sobre a permanência da Grécia na Zona do Euro*), sugerido pelo então primeiro-ministro Andreas Papandreou, que caiu 24 horas depois. Não há nenhuma racionalidade de impedir que a população decida, afinal é ela quem vai pagar a conta. Não é verdade que são decisões técnicas que devem ser tomadas por economistas. Estes são pessoas completamente interessadas em conseguir boas relações com o aparato financeiro, porque serão empregadas por esses aparatos depois. Se tem alguém que não pode tomar essas decisões, são essas pessoas. Porque elas têm interesses particulares envolvidos.

Outro exemplo extremamente impressionante, eu diria mesmo um exemplo de uma beleza muito forte – há momentos em que a política produz uma certa beleza –, é quando eles decidiram que haveria um pré-projeto de Constituição que seria fruto da vontade popular, antes de fazer a Assembleia Constituinte. Escreveram mil cartas-convites chamando mil pessoas para ir a um estádio, para se reunir durante um certo tempo e dessa reunião tirar um pré-projeto (*evento ocorrido em 2010*). Essas cartas foram enviadas ao acaso. Não foram enviadas a juristas, especialistas, notáveis. Alguém poderia dizer: “Olha o risco, você pode chamar um bando de malucos que vão ter as posições mais estapafúrdias”. O fantástico é que nada disso aconteceu. Eles conseguiram criar um dos pré-projetos mais avançados do ponto de vista da experiência da soberania popular, da noção de bem comum, da defesa do bem comum. Isso demonstra que nessas horas o sentimento que realmente funda a experiência democrática é ter confiança no povo.

Um país com pouco mais de 300 mil habitantes, como a Islândia, pode servir como exemplo para o Brasil, cuja população se aproxima dos 200 milhões de habitantes?

Não é um problema de escala, é um problema de princípio.

Por que o senhor acha que é possível?

Claro que existe uma engenharia política importante a ser construída para você transpor uma experiência de 320 mil para 200 milhões de pessoas. Agora, o inaceitável é que não queiramos sequer pensar nessa engenharia, a partir do argumento de que isso é uma coisa muito pequena, muito localizada. Veja, as generalizações sempre partem de modelos em situação localizada. Não há nenhum problema do ponto de vista, digamos assim, estrutural na generalização desse tipo de modelo. Como fazer uma coisa parecida em uma situação como a brasileira? Você pode pensar um milhão de situações, tentar setorizar por regiões, organizar isso dentro de uma escala temporal mais ampla.

A versão de que o brasileiro é cordato é completamente falsa

Concordo que muitas dificuldades aparecerão. Muitas experiências vão se demonstrar um fracasso, muita tensão vai aparecer, mas toda criação dos mecanismos democráticos sempre foi assim, ninguém teve medo de tentar, de errar, ninguém teve medo de ensaiar. O que se tenta colocar para nós é se você sair dessa posição em que está agora só virá o caos. Se você sai dessa dimensão da representação, só o caos pode vir. É uma ideia do século XIX a de que, se você sai de uma representação controlada, vai acordar as massas, que produzirão só caos, destruição e anomia.

Isso lembra a discussão feita pela historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo no clássico *Onda Negra, Medo Branco em torno do pavor de parte das elites diante das revoltas escravistas e do movimento abolicionista segunda metade do século XIX*.

Isso vem de longe. (*O filósofo Theodor*) Adorno tinha uma frase boa sobre o assunto: “O medo do caos, tanto em psicologia social quanto em música, é superdimensionado”. Esse medo de que o caos virá porque você abriu as portas dos *irrepresentados* é superdimensionado, simplesmente gerado para que aceitemos ficar no lugar onde no fundo ninguém quer ficar.

Voltando ao caso da Islândia, que inovações o senhor destacaria no pré-projeto da nova Constituição do país?

Do pré-projeto, eles construíram o projeto de Constituição, (*cujo texto teve seis propostas fundamentais aprovadas em referendo realizado em outubro de 2012*). Como foi feita completamente à margem – a Assembleia Constituinte não era Parlamento, não eram partidos, era Assembleia feita de cidadãos comuns, exclusiva –, então há uma questão jurídica para a implementação (*o Parlamento ainda não a ratificou*). Mas o resultado do projeto do ponto de vista das leis constitucionais é bastante impressionante. Por exemplo, uma delas é a lei que diz que uma lei aprovada pelo Parlamento pode ser vetada se 10% da população assim quiser e se manifestar por meio de um abaixo-assinado. O poder popular não tem só uma força consultiva, ele não é só uma força deliberativa, mas também é uma força de veto, que obriga o Legislativo a submeter a lei a plebiscito. Todos os bens naturais (*que não forem propriedade particular*) passam a ser garantidos como bens comuns da nação. Os recursos hídricos e minerais não poderão ser privatizados.

É, de alguma forma, um retorno à ideia dos *commons* da Idade Média, as terras comunais da Inglaterra que foram cercadas pelos proprietários privados, levando a uma grande migração do campo para a cidade nos séculos XVIII e XIX.

Exato. No projeto da nova Constituição islandesa, há a garantia de que o ensino será público, é constitucional agora, aconteça o que acontecer. Ou seja, há uma consciência muito interessante de que as saídas liberais deram radicalmente errado. A Islândia foi um laboratório do liberalismo nos anos 1990 e 2000, os bancos do país tinham uma dívida que era quatro vezes maior que o PIB (*quase 40 bilhões de euros para um PIB de aproximadamente 9 bilhões de euros em 2008, quando o sistema financeiro da ilha entrou em colapso*).

Todas as pessoas interessadas mesmo em pensar a política daqui para a frente devem levar em conta essa experiência constitucional da Islândia. É um pouco do Rousseau falando da Constituição na Polônia.

Os partidos nunca representaram interesses gerais

Há certos momentos na História em que experimentos políticos podem servir como matéria profunda de pensamento e de reflexão. São experimentos que não saíram de uma ideia no sentido tradicional, como se pudesse produzir uma ideia aqui na universidade, não saiu de um livro, saiu da experiência concreta. As ideias têm uma vida que não é só uma vida na teoria, também são aquilo que mobiliza as produções da práxis.

No livro *O Futuro da Democracia*, Norberto Bobbio alerta para os perigos da democracia direta desembocar em regimes autoritários. Também há setores que se preocupam com o risco de a democracia direta levar-nos não à maior democratização da sociedade, mas a um fechamento, como nos temas do aborto, da pena de morte, da maioria penal e outras, como o desarmamento, que foi derrotado no referendo de 2005. O senhor diz não temer o exercício do poder diretamente pelas massas. Não há um risco de o poder popular guinar a sociedade brasileira para trás em vez de aprofundar nossa experiência democrática?

Ótima questão, mas de fato não acredito nisso por duas razões. Primeira, acho que essas experiências ditas totalitárias nunca foram experiências de poder popular. São experiências, no mais das vezes, em que uma certa dimensão da liderança se justifica através do apelo direto a uma parcela da população. Como no caso do fascismo, do nazismo ou mesmo no caso do populismo. São situações nas quais o poder popular não pode aparecer completamente, porque está submetido ao controle da liderança. O que queremos é um movimento popular sem liderança, que é algo completamente diferente. Ou alguém acha, por exemplo, que Hitler fazia plebiscito para decidir para onde os judeus iriam ou como funcionariam as câmaras de gás?

Na verdade, esta é uma maneira que o pensamento conservador tem de tentar nos amedrontar mais uma vez. Eram governos com popularidade, mas não havia nenhum processo de decisão popular nesses governos. E, mesmo no caso dos governos populistas, tudo bem, eu posso admitir que às vezes houve alguns usos da noção de plebiscito em que sempre é o Poder Executivo que chama, mas a gente não quer só isso. A gente quer uma situação em que o poder instituinte popular pode aparecer sem ser chamado por poder algum, Congresso, partido, sem ser chamado por nada. Nós podemos chamar e entrar como pauta prioritária do Congresso Nacional.

O segundo ponto (*tem a ver com certa percepção de que*) a sociedade brasileira seria (*majoritariamente*) conservadora (*tomando muito arriscado desenvolver mecanismos de democracia direta no País*). Muitas vezes já me fizeram a crítica de que a ideia de poder popular não leva em conta que existe uma luta de classes na sociedade brasileira, que eu parto de um pressuposto de tratar o povo como uma unidade, enquanto ele é clivado entre várias classes, com interesses antagônicos, diferentes. Eu

diria que a verdadeira luta de classes hoje se dá entre aqueles dispostos a ter confiança no poder popular e os que temem um experimento como esse da Islândia, temem a soberania popular, que encontrarão as melhores justificativas do mundo para continuar na sua posição de dirigismo – “a massa pode aparecer se for dirigida por um partido ou uma classe de intelectuais, por um modelo de organização previamente definido, que terá mais ou menos garantidos os seus resultados”. Sou completamente contrário a isso e estou disposto a assumir o risco. Para isso, é necessário que você possa garantir condições efetivas de debate.

O referendo sobre o desarmamento é o melhor exemplo do que não pode ser uma consulta popular. Ele foi feito de uma maneira totalmente equivocada, o debate foi feito por frentes parlamentares baseadas em partidos. Você não deixou a sociedade civil se expressar. Quando as pessoas começaram a ter discussão, os setores mais bem organizados na sociedade conseguiram levar o debate adiante, como os setores ligados à imprensa conservadora.

Para o senhor, o poder popular substitui totalmente as formas atuais de representação política parlamentar, concentradas, no caso do Brasil, nos partidos e no Poder Legislativo?

Os partidos não desaparecerão. O que vai desaparecer é essa ideia de que os partidos têm o monopólio da representação política. Esse é o problema. Da mesma maneira, o Congresso não vai desaparecer diante de uma democracia direta. Uma série de processos ainda continua no Congresso, vamos demandar dos partidos, mas eles não mais terão o monopólio da representação. Por que não permitir não só candidaturas independentes, como também que um movimento social possa lançar um candidato, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL)?

Não voltamos, assim, para uma representação dos particularismos? A democracia parlamentar não é a ideia da representação dos interesses gerais da população, como defende Norberto Bobbio em *O Futuro da Democracia*?

Não, nunca foi. Ela foi a constituição do espaço onde os interesses particulares podiam aparecer. Os partidos nunca representaram interesses gerais.

Mas não deveriam representá-los?

Mas nunca o fizeram. Não há nenhum momento na História em

Ao pegar um ponto específico, como fez o MPL, as pessoas ficam sensibilizadas

que isso ocorreu. Uma ideia que nunca se realizou é uma ideia que tem um problema enquanto descrição. Ela não descreve um ente real, ela descreve um ente imaginário. O partido nunca foi assim.

O seu colega Renato Janine Ribeiro, também professor do Departamento de Filosofia da USP, segue seu raciocínio quando diz que a política moderna sempre se centrou em interesses e que os políticos representam esses interesses. Contudo, se os partidos e os políticos eleitos só pensassem nos seus interesses particulares, não seria possível, por exemplo, aprovar no Congresso o Orçamento anual da União, não acha?

O campo político é um espaço de interesses particulares. Agora, esses interesses particulares não se expressam como particularidades. Eles têm a inteligência de compreender que o interior desse sofrimento particular é a expressão de um direito universal. O Movimento Passe Livre (MPL) faz isso de maneira exemplar. Pegou um problema específico, o do transporte público, e mostrou que de específico não tem nada. É a expressão mais bem acabada de um problema geral do sistema econômico. Se eu simplesmente falo que luto contra o grande capital, qual será a impressão para o indivíduo que me ouve? Que eu não sei sentir o que ele sente. Quando você muda para o problema específico, não há só uma mudança de discurso, há uma mudança de posição, você consegue ser afetado de outra forma. Se afetar da maneira correta, as pessoas olham para você com olhar de complicidade. Eu diria que é um modelo de luta por explosão de sintoma. Você escolhe um sintoma que parece completamente localizado, como uma experiência psicanalítica. Esse sintoma pode ser analisado como se fosse um elemento isolado ou na rede de relações entre o sintoma e a estrutura do seu comportamento em geral.

A internet ajuda nesse modelo por explosão de sintoma? Teria sido decisiva na multiplicação dos protestos de maio e junho que se iniciaram em Istambul e logo se espalharam por toda a Turquia?

Hoje é muito mais fácil mobilizar de maneira direta pela internet. O modelo atual de comunicação funciona de modo muito mais horizontal, faz com que cada receptor possa ser um enunciador de mensagem. Mas não é porque estamos na época da internet. Essa ideia de que para fazer com que as pessoas percebam a irracionalidade de um sistema a gente tenha de sensibilizá-las a partir das questões que realmente lhe tocam é uma estratégia milenar. O que me impressiona é como em vários momentos a gente se esqueceu disso. Nossas políticas funcionaram quando a gente respeitou esse princípio.

Quando se criou o Estado de Bem-Estar Social, foi uma experiência importante na Europa dos anos 1950. Havia uma classe trabalhadora que queria ter mais pão dentro de casa – não é que ela queria o socialismo. E tinha toda razão, pois queria que os filhos pudessem continuar o processo de ascensão social que ela começou. Agora ficou faltando um segundo momento. Mostrou-se que, para continuar aquele processo, não daria para permanecer no mesmo lugar.

Como assim, um segundo momento?

Esses Estados de Bem-Estar Social fracassaram, porque faltou desenvolver um tipo de política muito mais brutal e mais efetiva contra certos elementos desestabilizadores vindos do poder econômico. ■

Podemos entrar?

O debate sobre a crise de representatividade política no Brasil tem revelado que o problema reside em um modelo pouco democrático de democracia. Esta é a oportunidade de resgatá-la

POR MAGALI CABRAL E MÔNICA C. RIBEIRO IMAGENS CEDIDAS POR EDUARDO SRUR

O artista plástico Eduardo Srur é conhecido por provocativas intervenções urbanas. Em 2011, com a participação de dezenas de pessoas na exposição *A Arte Salva*, foram lançadas 360 boias salva-vidas no espelho d'água do Congresso Nacional. Em 2008, Srur "vestiu" 16 monumentos de São Paulo, que homenageiam heróis nacionais, com coletes salva-vidas marítimos. Intitulada *Sobrevivência*, a exposição teve como proposta reavivar o vínculo entre o cidadão e a cidade que habita.

SERGIO LIMA / FOLHAPRESS

A forma horizontal das manifestações de junho de 2013 que levaram às ruas de todo o País centenas de milhares de “ninguéns” balançou a estrutura vertical e burocrática do sistema de representação política atual, composta por algumas centenas de “vossas excelências”. Encapsulados em um *habitat* totalmente estranho ao mundo real das ruas, os políticos desta vez não encontraram interlocutores para fazer o que sabem melhor: buscar o velho caminho do diálogo e da conciliação.

Além de impedir o desfecho óbvio – atender a algumas reivindicações a fim de acalmar os ânimos e reinstalar a rotina dos trâmites dentro da lógica dos interesses político-partidários –, a ausência de lideranças e de demandas explícitas nos protestos reforçou a percepção do poder da inteligência coletiva, deixando no ar a sensação, refrescante para uns, desconfortável para outros, de que junho de 2013 pode ter sido somente um começo.

Não tem sido fácil entender o que mantém a chama das manifestações mundo afora, nem aonde se

quer chegar. Se os movimentos no Brasil surgiram na esteira das manifestações que varreram vários países a partir da crise econômica global de 2008, uma resposta pode estar na formulação do filósofo esloveno Slavoj Žižek: “A democracia precisa ser reinventada, pois a forma atual da democracia representativa não é mais suficiente para combater os excessos do capitalismo”.

A visão do filósofo Vladimir Safatle, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), coincide com a do colega europeu nesse aspecto específico e joga luz sobre as manifestações locais (*mais em entrevista à pág. 12*). Segundo ele, o aprofundamento da crise econômica de 2008 mostrou-se, na verdade, uma crise política, à medida que vários países, como Espanha, Portugal, Grécia e Turquia, entre outros, perceberam que não tinham estrutura democrática suficiente para colocar o setor mais “mafioso” do sistema financeiro internacional em seu devido lugar.

Do mesmo modo, os brasileiros perceberam que também não contavam com uma representação políti-

ca capaz de mexer, por exemplo, no questionável modelo que gere o sistema de transportes públicos no País.

A partir dessa premissa, Safatle vê dois grandes eixos como motivadores das manifestações no Brasil: o primeiro é uma forte crítica aos modelos de representação política e o segundo é composto de questões econômicas muito concretas, dada a impossibilidade de o governo brasileiro – em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal) – ser capaz de fornecer à sociedade em geral serviços públicos de qualidade, gratuitos e universais. Em xeque, os limites da democracia representativa esquentaram os debates no País sobre a cada vez mais inevitável reforma do sistema político.

“Fico feliz que seja novamente possível levantar essa discussão, porque durante algumas décadas criou-se uma espécie de consenso de que qualquer crítica mais central à democracia representativa seria uma forma de abertura de portas para o pensamento totalitário”, disse Safatle, durante uma roda de conversa sobre reforma do sistema político, promovida pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em meados de julho.

"Não há prova mais cabal do abismo entre o mundo da política e o mundo da vida do que quando a política se curva ao mercado", diz Renato Janine

Outro ponto que entrou na pauta dos debates diz respeito à subordinação dos partidos ao mercado, principalmente na União Europeia. O filósofo Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia Política na USP, lembra que, no caso específico da Espanha, enquanto os **Indignados** faziam toda força nas ruas para mudar, entre outras coisas, o quadro de submissão ao poder econômico, o Partido Popular (PP) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) articularam-se para aprovar uma emenda constitucional proibindo os chamados “déficits de financiamento”.

Ou seja, uma medida importante de austeridade e de retenção que provavelmente criou mais desemprego foi tomada em um país onde os jovens já padecem da falta de postos de trabalho (*mais sobre os Indignados em entrevista à pág. 28*). “Não há maneira mais cabal de mostrar que há um abismo entre o mundo da política e o mundo da vida do que quando a política se curva ao mercado”, analisa Renato Janine.

No Brasil, o abismo a que se refere Renato Janine revela-se em meio às próprias características da política nacional e do hoje também questionado modelo de governo, o chamado presidencialismo de coalizão – em que os partidos políticos, principalmente o PMDB, por ser o maior deles, oferecem apoio parlamentar para assegurar a governabilidade, em troca de participação (cargos) no Executivo e verbas para obras em suas bases eleitorais.

“Não haveria como o País sair incólume de quase 20 anos ininterruptos de ‘peemedebismo’”, afirma Marcos Nobre, professor de Filosofia da Universidade de Campinas (Unicamp), no livro eletrônico *Choque de Democracia – Razões da Revolta*, recém-lançado pela Editora Breve Companhia.

Há uma longa e minuciosa pesquisa por trás da tese de Nobre sobre o que chama de “peemedebismo”. O trecho a seguir, pinçado do artigo “O fim da polarização”, que publicou em 2010 na revista *Piauí* (bit.ly/1L4SR7), é um bom resumo desse conceito: “O essencial da cultura política inaugurada pelo PMDB na década de 1980 é o fato de que, desde o declínio da ditadura militar, sua identidade deixa de se construir por oposição a um inimigo, real ou imaginário, e passa a ser construída com base em um discurso inteiramente

■ Demonstrando desprezo pelo modelo tradicional de representação, ao responder à indagação de jornalistas sobre quem era, uma ativista do Movimento Passe Livre (MPL) disse: “Anota aí, eu sou ninguém”. A expressão deu título a um artigo muito compartilhado nas redes sociais do filósofo Peter Pál Pelbart (PUC-SP), publicado na página 3 da *Folha de S.Paulo* na edição de 19/7/2013

■ Em 2011, a Espanha foi palco de uma série de manifestações populares, com causas semelhantes às dos protestos brasileiros de junho de 2013

DEMOCRACIA 2.0

POR GISELE NEULS E JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Logo após a derrota em abril de 1984 da Emenda Dante de Oliveira, que restauraria as eleições diretas para Presidente da República, a sociedade civil iniciou uma nova campanha, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva (Ance). Não obtiveram êxito e a Constituição de 1988 foi produzida por um Congresso Constituinte, que dividia suas atribuições entre a labuta legislativa regular e a missão de formular uma nova lei maior para o País. Ou seja, os deputados que aprovaram a Constituição em outubro de 1988 continuaram aprovando leis ordinárias e puderam disputar a reeleição nas eleições de 1992. Era o prosseguimento do péssimo e criminoso hábito de legislar em causa própria. Quase três décadas se passaram e os brasileiros tomam as ruas pedindo – novamente – mais democracia. E desta vez a querem mais direta, menos analógica. Veja os principais tópicos em debate:

1 Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva (Ance): formada por representantes eleitos com a única tarefa de elaborar uma Constituição, em tese também poderia ser convocada para formular e aprovar emendas à Constituição, como a reforma do sistema político-eleitoral do Brasil. Alguns pedem que os constituintes fiquem inelegíveis por oito anos, de modo a não caírem na tentação de aprovar apenas as regras que mais os beneficiem na eleição seguinte. Há também quem proponha a liberdade para candidaturas desvinculadas de partidos. O problema é que a Constituição atual, promulgada em outubro de 1988, não prevê a convocação de Ance para tratar de temas específicos. Os juristas dividem-se entre considerá-la uma ameaça ao Estado de Direito e julgar viável emendar a Constituição para prever uma Ance voltada para a reforma política e seus limites.



Projeto de Lei de Iniciativa Popular: um dos três instrumentos de democracia direta previstos no artigo 14 da Constituição de 1988. Para um projeto de lei ser encaminhado à Câmara dos Deputados, precisa ser subscrito por 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, tendo assinaturas de mínimo 0,3% dos eleitores em cada um dos cinco estados. Tomando-se apenas as porcentagens, parece razoável. Na prática, significa hoje coletar perto de 1,3 milhão de assinaturas em um documento de papel. No início de julho, o Senado aprovou uma proposta que reduz o mínimo de assinaturas para 0,5% do eleitorado e libera a subscrição do projeto por meios eletrônicos. Falta a Câmara dos Deputados apreciar a proposta. Atualmente excluídas do mecanismo, as emendas constitucionais também poderão ser apresentadas diretamente pelos eleitores, caso a versão da proposta aprovada pelo Senado seja mantida pelos deputados.

te anódino e abstrato, cujo sentido mais importante é garantir o sistema de ingresso universal e de vetos seletivos. Reafirma-se, então, a visão realista de que a democracia não passa do exercício da capacidade de bloquear o oponente, não de enfrentá-lo abertamente no espaço público”.

Para Nobre, portanto, o peemedebismo é uma das principais causas para o atual modelo de “condomínio de poder” que minou a formação política de toda uma geração. No entanto, nada como a chegada de uma nova geração pluralista e munida de redes sociais para rachar a blindagem do peemedebismo e abalar estruturas arcaicas e viciadas.

A ambientalista e ex-senadora Marina Silva também vê um grande mal-estar no meio político, mas que, segundo ela, poderá ser menos doloroso se for entendido como o espírito de uma época. “Em alguns lugares, o povo está lutando por democracia, em outros, para democratizar a democracia, o que é o nosso caso”, disse, durante o evento do IDS.

Os **cinco principais partidos políticos** brasileiros foram convidados pela redação de PÁGINA22 a se manifestar a respeito da “crise de representatividade”, mas nenhum deles, apesar de reiterada insistência, concedeu entrevista até o fechamento desta edição impressa (leia na versão digital desta reportagem texto sobre o retorno dos partidos às questões enviadas).

SIM OU NÃO?

O eco das ruas em junho trouxe vozes dissonantes, mas que se encontraram nos pontos mais cruciais do exercício da democracia: a exigência dos direitos e da igualdade que nos foram prometidos na Carta Magna de 1988 e a crise de representatividade política. Além do sufrágio universal, a Constituição estabelece em seu artigo 14 outros três mecanismos de exercício da

soberania popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular. A Lei nº 9.709, de novembro de 1998, que regulamentou o artigo 14, é bastante inespecífica e dificulta o pleno exercício da democracia direta, à medida que faculta ao brasileiro apenas decidir se um tema é importante antes de ser transformado em lei (plebiscito) ou se, depois de transformado em lei, deve ou não ser implementado (referendo).

No que diz respeito a sugestões de matéria legislativa – exceto as de ordem constitucional –, o brasileiro conta com a iniciativa popular, que, segundo a regulamentação, “deverá se dar através de projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”.

Dois pontos em especial merecem atenção no caso dos projetos de iniciativa popular: o número de assinaturas necessário para a aprovação, cerca de 1,3 milhão – quase três vezes o número mínimo exigido para a criação de um partido político –, e a necessidade de apresentar o material na forma de projeto de lei.

Uma vez que a verificação do número de tantas assinaturas com seus respectivos números do título eleitoral é uma tarefa que esbarra nos limites da sanidade e que o documento de demanda popular raramente é formatado com os requintes necessários a um projeto de lei, o que acontece na prática são parlamentares transformando a matéria em projetos pessoais, e, como tais, suscetíveis a mudanças durante o processo de aprovação. Assim, na maioria das vezes, um projeto de iniciativa popular não é aprovado tal como encaminhado originalmente.

Desde a Constituição de 1988, apenas quatro projetos [1] de iniciativa popular foram transformados em lei. O mais recente deles é o Ficha Limpa (Lei nº 135/2010), de autoria da sociedade civil com mobilização do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). A página do Senado lista as quatro iniciativas e traz ao final a informação: “Devido à dificuldade de a Câmara conferir os números de títulos eleitorais e as assinaturas, conforme exige a Constituição, os projetos foram assinados por deputados ou pelo Poder Executivo”. Quanto aos instrumentos mais populares de democracia direta – plebiscito e referendo –, foram usados desde 1988 apenas duas vezes: em 1993, um plebiscito [2] previsto na Constituição definiu a forma e o sistema de governo do País. Mais tarde, em 2005, o povo foi chamado a referendar a proibição da comercialização de armas de fogo e munições [3].

O Parlamento deve considerar todas as iniciativas com grande volume de participação, ainda que digitalmente, defende jurista

O fato de as convocações de plebiscito e referendo serem uma prerrogativa exclusiva do Parlamento tem sido fortemente questionado nos debates das últimas semanas. É uma condição que praticamente trava o uso desses importantes mecanismos. Para o jurista Luciano Santos, professor da Escola de Governo, membro do MCCE e da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, a exemplo do que já acontece com o instrumento da Iniciativa Popular, é preciso estabelecer formas de acionar o plebiscito e o referendo a partir do desejo de um número definido de cidadãos.

Nesse quesito, Vladimir Safatle vai além. Em sua opinião, determinados temas que podem vir a comprometer a soberania de um país – como entrar em um conflito bélico, o caso da Espanha em relação à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, ou contrair grandes empréstimos financeiros – só devem ser decididos por meio de instrumentos de democracia direta. (Mais sobre democracia direta nos tópicos do quadro “Democracia 2.0” ao longo desta reportagem, a partir da pág. 30)

DEMOCRACIA DIGITAL

Existem projetos tramitando no Congresso que buscam flexibilizar esses mecanismos de forma a permitir ao cidadão um exercício mais democrático dos instrumentos de democracia direta. De acordo com Luciano Santos, no caso da iniciativa popular, por exemplo, o Senado acaba de aprovar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz o número de assinaturas exigidas para projetos de iniciativa popular para 0,5% do eleitorado (em torno hoje de 650 mil pessoas) e prevê a possibilidade de que elas sejam coletadas também pela internet (mais em bit.ly/154bLGw).

A entrada de assinaturas eletrônicas no jogo político vai ao encontro de iniciativas de democracia digital já em andamento no País, como Avaaz e outras plataformas (reportagem à pág. 36). “Com a tecnologia de que dispomos hoje não tem mais sentido fazer uma coleta física e levar meses buscando cidadão por cidadão. Todas as iniciativas que agrupem grandes volumes de participação, ainda que eletronicamente, devem ser consideradas pelo Parlamento. É a sociedade contribuindo para o enriquecimento dos debates”, avalia Santos.

Por outro lado, a coleta de assinaturas por via eletrônica pode eliminar parte importante do processo. De acordo com Chico Whitaker, um dos criadores do Fórum Social Mundial, que atua há várias décadas em movimentos sociais, essa facilitação é capaz de reduzir



Convocação popular de plebiscitos e referendos: os outros dois instrumentos de democracia direta existentes foram usados apenas uma vez cada: o plebiscito de 1993 sobre forma e sistema de governo, e o referendo do desarmamento de 2005. Ambos só podem ser convocados por um terço, no mínimo, dos deputados federais ou senadores. Movimentos e organizações querem que a população possa convocá-los, utilizando-se o mesmo mecanismo da Iniciativa Popular. Isso daria poder de veto aos eleitores, permitindo que a população referendasse ou recusasse uma determinada lei. O receio é que a multiplicação de plebiscitos e referendos – que demandam meses de preparação – tornem o País ingovernável.

Os que detêm as cinco maiores bancadas na Câmara dos Deputados – pela ordem, PT, PMDB, PSDB, PSD e o bloco liderado pelo PR. A Rede Sustentabilidade (partido em formação) também foi procurada

[1] Além da Lei da Ficha Limpa, foram aprovados o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei nº 11.124/2005); a Lei nº 9.840/1999, que concedeu à Justiça Eleitoral mais poderes para punir atos de corrupção nas campanhas, iniciativa capitaneada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e a Lei nº 8.930/1994, que incluiu o homicídio qualificado no rol de crimes hediondos inafiançáveis, fruto de movimento liderado pela autora de novelas da Rede Globo Glória Perez. [2] A população escolheu majoritariamente a forma republicana de governo e o sistema presidencialista (no lugar da monarquia constitucional e do parlamentarismo, respectivamente). [3] O referendo rejeitou o artigo 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que proibiria a comercialização de armas de fogo e munições no País.

Mandato imperativo (recall): vincula a validade dos votos às posições previamente declaradas pelo deputado ou senador na condição de candidatos, dando aos eleitores o poder de revogar o mandato parlamentar, caso ele não cumpra a agenda com a qual se comprometeu. Seria uma forma de impedir que os eleitos desprezem seus eleitores, mas também pode significar que ninguém tem direito de rever suas posições e mudar de ideia. O instrumento existe nos Estados Unidos, onde é acionado preponderantemente no nível local.

o processo de adesão a propostas a uma simples leitura e ao apertar de um botão, ou seja, anula toda a dimensão educativa do processo de coleta de assinaturas. “A coleta pode ser demorada, mas é também uma pedagogia de exercício da cidadania”, ressalta Whitaker. Nesse caso, nada impede que ambas as fórmulas conversem entre si. “O meio eletrônico facilita a coleta de assinaturas e não impede o uso do papel como meio físico, pelo qual se consegue travar um diálogo mais direto com a sociedade”, concilia Santos.

Embora já existam tentativas tímidas no sentido de promover o arejamento do Estado em relação ao uso de novas tecnologias de rede, ainda se enfrenta muita burocracia estatal. O sociólogo Sergio Amadeu avalia que a estrutura pouco flexível e verticalizada dos poderes, herança do mundo industrial, leva a uma visão distorcida, tecnicista e tecnocrática que entende política pública como algo que pode ser feito dentro de um gabinete, sem a participação popular. “Cópias de bancos de dados, por exemplo, devem estar disponíveis aos cidadãos, mas isso ainda é um tabu. O próprio Estado tem dificuldade de fazer seus bancos de dados conversarem entre si.”

Um exemplo de que ainda engatinhamos nesse processo, segundo Amadeu, é a lei da transparência: os dados que vêm sendo disponibilizados à população não são brutos, e sim editados na maioria das vezes. “São dados públicos e queremos acessá-los. Precisamos tornar o Estado mais flexível à sociedade em rede que está sendo construída.”

ABAIXO O MONOPÓLIO

Sob toda essa discussão pós-junho que propõe a renovação dos instrumentos para o exercício popular do poder político existe um pano de fundo, na opinião de

Candidaturas avulsas: parte da ideia de que qualquer cidadão deveria ter o direito de postular uma candidatura política, mesmo sem partido. A medida poderia facilitar a participação de lideranças comunitárias no Executivo e no Legislativo, especialmente em pequenos municípios, onde as diferenças programáticas dos partidos muitas vezes tornam-se irrelevantes. Mas também abre margem para reforçar o caráter personalista das eleições, além do risco de enfraquecer ainda mais os partidos.



José Moroni, filósofo e membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc): a quebra do monopólio da representação política pelos partidos. “Não se trata de uma manifestação anti-partidos políticos”, pondera. “Mas não podemos mais centrar todo o exercício da democracia apenas nesse modelo de representação.” Com isso, entram em cena também as candidaturas avulsas, com todos os problemas que ►

Participação direta no Parlamento: movimentos como a Plataforma dos Movimentos Sociais Pela Reforma do Sistema Político defendem a criação de espaços de participação direta na definição das prioridades de pauta do Congresso Nacional e demais Câmaras Legislativas, bem como na definição da política de desenvolvimento. Os meios eletrônicos também poderiam propiciar à população votar propostas e não apenas opinar sobre elas. Outra proposta que possui certa sintonia com a aqui descrita é a de liberar candidaturas representativas de movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) nas eleições para o Poder Legislativo. Teme-se, porém, que a proposição abra margem para uma democracia corporativista, em que prevaleceriam os interesses dos setores mais organizados e com maior poder econômico.

DAVID GRAEBER | OCCUPY WALL STREET

David Graeber, antropólogo e mentor do Occupy Wall Street, diz que não é preciso formar partidos, mas questionar a legitimidade do sistema como um todo: é tarefa dos políticos provar que são relevantes **POR FLAVIA PARDINI**



A baixa qualidade dos serviços públicos e a corrupção alimentaram os protestos no Brasil em junho. Muitos questionam se precisamos de políticos, agora que estamos conectados diretamente.

O governo administra mal para a população em geral, mas administra muito bem para o 1%. O Brasil ilustra muito bem isso. Em suas origens, o partido hoje no poder parecia fazer tudo certo: incorporar elementos de democracia direta, manter relações estreitas com os movimentos sociais. Quando ganharam o governo, passaram a gerir o Estado da mesma maneira que os outros. O aparelho está montado para operar de acordo com interesses de uma elite nacional e global.

É possível imaginar democracia sem partidos?

Originalmente a palavra “democracia” significava assembleias populares, as pessoas governando a si mesmas coletivamente sem representantes, ou com alguns que podiam ser monitorados de perto e destituídos. Há vários exemplos históricos de sistemas democráticos que não se baseiam em partidos ou representantes eleitos.

Quais os objetivos do Occupy em termos de representação política?

Rejeitamos a noção de representação política – claro que isso tem a ver com o contexto específico americano. Os Estados Unidos são quase inimaginavelmente corruptos. O suborno foi efetivamente legalizado. Sentimos que criar uma crise de legitimidade para o sistema como um todo era a única opção viável.

O Occupy saiu do radar *mainstream*. O que o movimento anda fazendo?

Gosto de pensar que estamos na mesma estrada em direção a um mundo mais livre, baseado na democracia direta e relações econômicas democráticas. Mas não havia qualquer consenso sobre quão longe poderíamos ir. Os anarquistas achavam que podíamos ir até o fim, atingir uma sociedade sem estados ou capitalismo. Outros sentiam que poderíamos percorrer uma boa distância, mas não tanto assim. A crise real veio com a repressão policial extrema e sistemática – a maioria de nossos aliados liberais nos abandonou imediatamente.

Temos trabalhado muito. Em Nova York, o Occupy Sandy envolveu pelo menos 40 mil pessoas no auge, a campanha Strike Debt

organiza pessoas em *default* (que decidem não pagar suas dívidas), o Occupy Farms tenta criar novos sistemas agrícolas, equipes de defesa doméstica atuam contra despejos... Mas principalmente tentamos criar uma cultura sólida de ação direta, formando um grupo central em cada cidade antes do próximo *crash* econômico, que deve ocorrer em um par de anos.

Há conexão entre os movimentos populares recentes no Egito, Turquia, Brasil?

De fato. As origens podem ser encontradas no Movimento pela Justiça Global, iniciado com a rebelião Zapatista em Chiapas em 1994 e que continua até hoje. O movimento baseava-se na compreensão de que o que chamávamos de Consenso de Washington era produto da criação da primeira burocracia administrativa em escala planetária. Compunha-se não só de burocracias comerciais como FMI, Banco Mundial, OMC, Nafta, UE, mas de instituições financeiras, corporações transnacionais e também ONGs, que se tornaram “a mão esquerda do Estado”. O movimento iniciado em Chiapas foi muito bem-sucedido, paralisando o Consenso de Washington e todos os novos pactos comerciais. A estrutura, porém, ainda existe e a crise da dívida finalmente chegou ao sul da Europa e ao Oriente Médio. As novas rebeliões assumem a mesma forma: sem hierarquia, criando estruturas democráticas de base para justapor às estruturas antidemocráticas que governam o mundo atualmente.

Que conselho o senhor envia àqueles que tentam mudar o sistema político brasileiro?

Não é preciso formar partido ou enunciar objetivos específicos. Há gente suficiente fazendo isso, vários planos excelentes. A questão é por que não conseguem colocar tais planos em prática. Vejo a Argentina em 2002 como inspiração: uma crise de legitimidade do sistema como um todo, políticos tão universalmente desprezados que não podiam ir a restaurantes. O curso ideal é tentar criar novas instituições ou tomar aquelas existentes e operá-las de maneira democrática, de forma a dizer à classe política: “É tarefa sua provar que você é de qualquer forma relevante para nossas vidas”. **ca**

ca Leia íntegra da entrevista na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22

podem advir daí, ou as lançadas por movimentos sociais, como o próprio Movimento Passe Livre (MPL), que se define como independente e apartidário – mas não antipartidário, como insistem em frisar.

A quebra do monopólio dos partidos políticos para o exercício da política é um dos temas espinhosos dentro da discussão sobre a reforma política. Ao olhar do professor Renato Janine, a premissa “para uma democracia forte precisamos de partidos fortes” parece equivocada, pois reforça o princípio do monopólio da atividade política pelos partidos. Na França, qualquer pessoa pode apresentar-se candidata ao Legislativo. Basta conseguir um certo número de assinaturas de prefeitos, o que não é difícil, pois o país possui cerca de 40 mil “prefeituras” (as cidades francesas são divididas e subdivididas em microrregiões administrativas; para cada uma há um “prefeito” que pode apoiar candidatos locais). Lá, o horário político também é gratuito; no entanto, se o candidato não tiver um percentual mínimo de votos, terá de pagar pelo uso que fez das ondas públicas de telecomunicações.

A Islândia, por exemplo, tenta abandonar a velha estrutura mental, ligada ao mundo financeiro, que a levou à bancarrota em 2008 com a ousadia de experimentar mecanismos diferentes, totalmente novos (*mais à pag. 12*). Para Moroni, o Brasil tem de ousar também ou vai incorrer no velho desfecho de sempre: o da conciliação, principalmente se um eventual processo de reforma política ficar sob os auspícios do Congresso.

“A conciliação vem sendo a nossa opção na História. Deixamos de ser colônia de Portugal pela não ruptura; saímos da escravidão pela não ruptura; da monarquia para a República pela não ruptura; da ditadura para a tal Nova República também pela não ruptura. Será que esses movimentos de rua apontam para a necessidade de começarmos a não mais conciliar e pensar possíveis rupturas?”, questionou Moroni no evento do IDS.

A conclusão de Vladimir Safatle também segue nessa linha. Em crises de representação, o que se faz normalmente é seguir em direção ao “grau zero”. Não se trata mais de resolver problemas pontuais. Daí o equívoco das ideias ligadas a plebiscito, sobre escolher entre um voto distrital ou um voto proporcional, entre um voto de lista fechada ou um voto de lista aberta. Essas questões, diante de uma crise de representação, perdem totalmente a relevância. Para o filósofo, é hora de remexer mais a fundo, ouvir as vozes e não contê-las em plebiscitos que convocam o povo a dizer apenas “sim” ou “não” quando se trata de uma questão muito mais ampla. “O desafio, me parece, é perguntar de fato por que temos tanta dificuldade em confiar no poder popular, em aceitar que, quando ele se manifestar, pode fazê-lo de maneira positiva.” A Constituinte, segundo ele, é o tema a ser mirado. **Colaborou: Carol Nunes ca**

Regulamentação do lobby: não é saudável para a democracia negar a existência de grupos de pressão com acesso aos agentes políticos; portanto, regulamentar a atividade daria mais transparência ao processo político. Não é uma forma de democracia direta, mas aproxima-se disso, reconhecendo a influência de diferentes grupos sociais sobre a legislação. Nos Estados Unidos, a atividade foi tornada oficial na década de 1940, tornando obrigatório o cadastro de lobistas no Congresso. A regulamentação atual fixa limites financeiros e éticos (proíbe que lobistas presenteiem os congressistas, por exemplo) e exige a publicação de relatórios periódicos das atividades.



FERNANDO GARCÍA | 15M

“Não é preciso ser político para fazer política. Sou cidadão e isso basta”

No dia 15 de maio de 2011, os “Indignados” ocuparam as principais ruas de Madri para reivindicar uma democracia mais participativa e direta e protestar contra as políticas de austeridade impostas à Espanha. O ativista Fernando García faz um balanço da atuação do 15M, que motivou a formação de outros movimentos de ação direta dentro e fora da Espanha (*veja na versão digital fotos de García no acampamento da Puerta del Sol, coração de Madri*).

POR CAROL NUNES COLABOROU JÚLIA LIMA

O que as pessoas questionaram no modelo de democracia da Espanha durante as acampadas?

A principal queixa era de que o sistema estava podre e não era mais capaz de representar as pessoas. Buscamos uma democracia mais interativa em que o cidadão tenha mais acesso aos políticos. Na Espanha, o político faz o que quer e o cidadão assiste a tudo pela televisão.

Foi possível chegar a consensos em torno de propostas que viabilizem o que vocês chamam de democracia real em meio a debates em grupos tão grandes como os existentes nas acampadas?

O 15M queria levar a mudança ao Parlamento para cumprir o objetivo de dar voz ao povo, principalmente no processo de tomada de decisão. Uma das primeiras propostas eram as listas abertas nas eleições parlamentares para que pudéssemos votar não em um partido político, mas em um candidato e, assim, estar mais próximo dele. Seria parte de uma reforma no sistema proporcional, já que a regra atual favorece os grandes partidos. E também a convocação de mais referendos para ampliar a participação popular.

Passados mais de dois anos do surgimento do 15M, você identifica avanços no sistema da democracia representativa rumo à democracia real?

O espírito do movimento mostra-se na mudança da cultura política. A grande conquista foi lembrar as pessoas da importância de se conscientizar sobre as questões que dizem respeito a sua cidade, bairro ou país. Vi mudanças impressionantes, como no meu bairro, onde hoje vizinhos conversam nas ruas para chegar a soluções. Depois das *acampadas*, instalaram-se assembleias nos bairros de Madri para discutir problemas locais. Em seguida, elas cresceram, organizadas pela internet. Antes do acampamento, as pessoas tinham uma imagem muito negativa das assembleias e *okupas* (*ocupações de prédios vazios que podem ser usados como centros sociais autogeridos*). Quando o 15M apareceu na televisão, funcionou como um clique que as deixou mais dispostas a ir às ruas para protestar e discutir questões coletivas.



Como a organização do movimento em rede pode contribuir para a criação da democracia real?

Desde o princípio, as redes sociais nos ajudaram a convocar as manifestações. Posteriormente, os fóruns e redes sociais colaboraram para ampliar a discussão dessas ideias e, por fim, na organização e articulação dos cidadãos. O próprio 15M criou a ferramenta on-line “Propongo” (*propongo.tomalaplaza.net*), que é uma espécie de assembleia virtual, na qual cada pessoa pode propor e votar. Se as tecnologias estão ao alcance de todos, por que não são usadas para aproximar as pessoas das instituições políticas? Há canais digitais de comunicação, como Twitter, Facebook, e-mail, que servem bem a esse diálogo. É um erro grave um político ser inacessível.

O 15M pensa em fundar seu próprio partido?

O movimento sempre se posicionou contrário a entrar no sistema político atual. Temos que mostrar que acreditamos, desde sempre em um sistema de assembleias, horizontal, no qual qualquer um que tenha uma boa ideia possa apresentá-la. Entretanto, muitos acham que só é possível mudar o sistema por dentro. Esse debate já dura muito tempo, mas acho que no momento essa ideia não avança. Preferimos lutar por um sistema político mais democrático. Queremos mostrar que não é preciso ser político para fazer política. Sou cidadão e isso basta. As decisões políticas me afetam, e por isso quero ser capaz de dar voz, expressar-me sem ter que fazer carreira política. Foi exatamente o que nos fez sair às ruas. **ZZ**

Leia íntegra da entrevista na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22

WEB

POR THÁIS HERRERO

PRATA DA CASA

Pergunte ao presidente do Congresso Nacional

Em meio a tanta efervescência e questionamentos sobre os rumos da política brasileira, um dos maiores desafios de PÁGINA22 é conseguir filtrar as informações mais importantes para contribuir positivamente com as discussões que surgem. Nessa avalanche de fatos e personagens novos, lidamos com o questionamento de quem ouvir sobre o quê. Queremos aproveitar o *Zeitgeist*, ou o espírito da época. Esse sentimento que tomou as ruas e as mentes dos brasileiros.

Por isso, pedimos ajuda aos leitores e internautas para construir uma entrevista colaborativa. O entrevistado é Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional. A instituição é um dos símbolos do poder decisório, principal alvo de questionamento pelos protestos que desde junho tomaram conta do País. Ao mesmo tempo em que são alvejados pela opinião pública, Senado e Câmara dos Deputados também tentam se reconciliar com ela, estabelecendo uma agenda positiva de trabalho.

Se você pudesse entrevistar o Renan Calheiros, que pergunta faria a ele? Envie sua sugestão pelas nossas redes sociais ou por e-mail para site@pagina22.com.br. Não é necessário se identificar. Até

o final de agosto, vamos selecionar as melhores perguntas e enviá-las para o presidente do Congresso Nacional. Caso o senador nos atenda, as respostas poderão ser vistas em nosso site.

O importante é que a sua participação ajude a criar um termômetro do que os cidadãos pensam sobre o cenário político atual. Ou, ao menos, um retrato histórico de um momento com mais perguntas que respostas. — POR CAROL NUNES



MUNDO Afora

1,8 METRO DE PLANETA

O *Science on a Sphere*, ou “Ciência em Uma Esfera”, é uma ferramenta educacional desenvolvida pela agência de oceanos e atmosfera dos Estados Unidos (Noaa) para explicar de forma didática os vários fenômenos naturais e informações relevantes sobre a Terra. Alguns museus têm esferas físicas de 1,8 metro de diâmetro em que as imagens são projetadas. Mas elas podem ser vistas no site sos.noaa.gov/What_is_SOS/index.html, que

traz explicações em fotos e vídeos, como uma imagem do Polo Norte durante o solstício de verão e a localização das terras para agricultura destinadas à alimentação de pessoas ou animais. Há uma seção especial para professores que queiram usar o material em aulas.



DEMOGRAFIA DESTRINCHADA

Quantas pessoas nascerão ou morrerão até que você termine de ler essa nota? No site worldometers.info dá para descobrir. Nele estão os números de nascimentos e mortes na Terra atualizados a cada segundo. O mais interessante, no entanto, são os vários gráficos e dados que analisam a demografia desde que o homem desenvolveu a agricultura, no ano 8 mil a.C., quando havia 5 milhões habitantes, até os dias atuais. Há mapas de densidade populacional por regiões, países e até religiões. Se você levou 25 segundos para ler, saiba que nasceram 249 pessoas e outras 82 morreram.

VALE O CLICK

CANAL EXPERIMENTAL

A TV Imago é um canal na internet com grade fixa e exclusiva. Os programas têm em comum um conteúdo que busca a valorização da diversidade cultural e a linguagem independente e experimental. Um deles é o “Cultura do Bem”, no qual videoreportagens destacam projetos que unem arte, sustentabilidade e cidadania.



PLACAR FINAL

Qual legado você quer da Copa do Mundo de 2014? A pergunta é feita para os brasileiros pela campanha “Somos tod@s titulares”, criado por Ashoka e Streetfootballworld. As respostas devem ser enviadas em formato de vídeo com até 20 segundos para serem divulgadas em facebook.com/somostodostitulares. O objetivo é dar voz e sensibilizar as pessoas. “Queremos que todos se sintam titulares do time do legado social dos megaeventos esportivos!”, frisa a campanha.

CENTRAL DE INVENÇÕES

Pinos para ser colocados em luvas que permitem o uso de telas sensíveis ao toque, tábuas com gavetas acopladas pra depositar a comida recém-cortada e cabides dobráveis são algumas das invenções criativas postadas no Quirky.com. Toda semana, o site divulga três ideias de pessoas comuns, não ligadas a empresas, para que os internautas opinem. As melhores entram em comercialização por sites e lojas como Best Buy e Amazon. Há muita criatividade para o nosso dia a dia.

Sob intervenção

FOTOS PORO TEXTO AMÁLIA SAFATLE

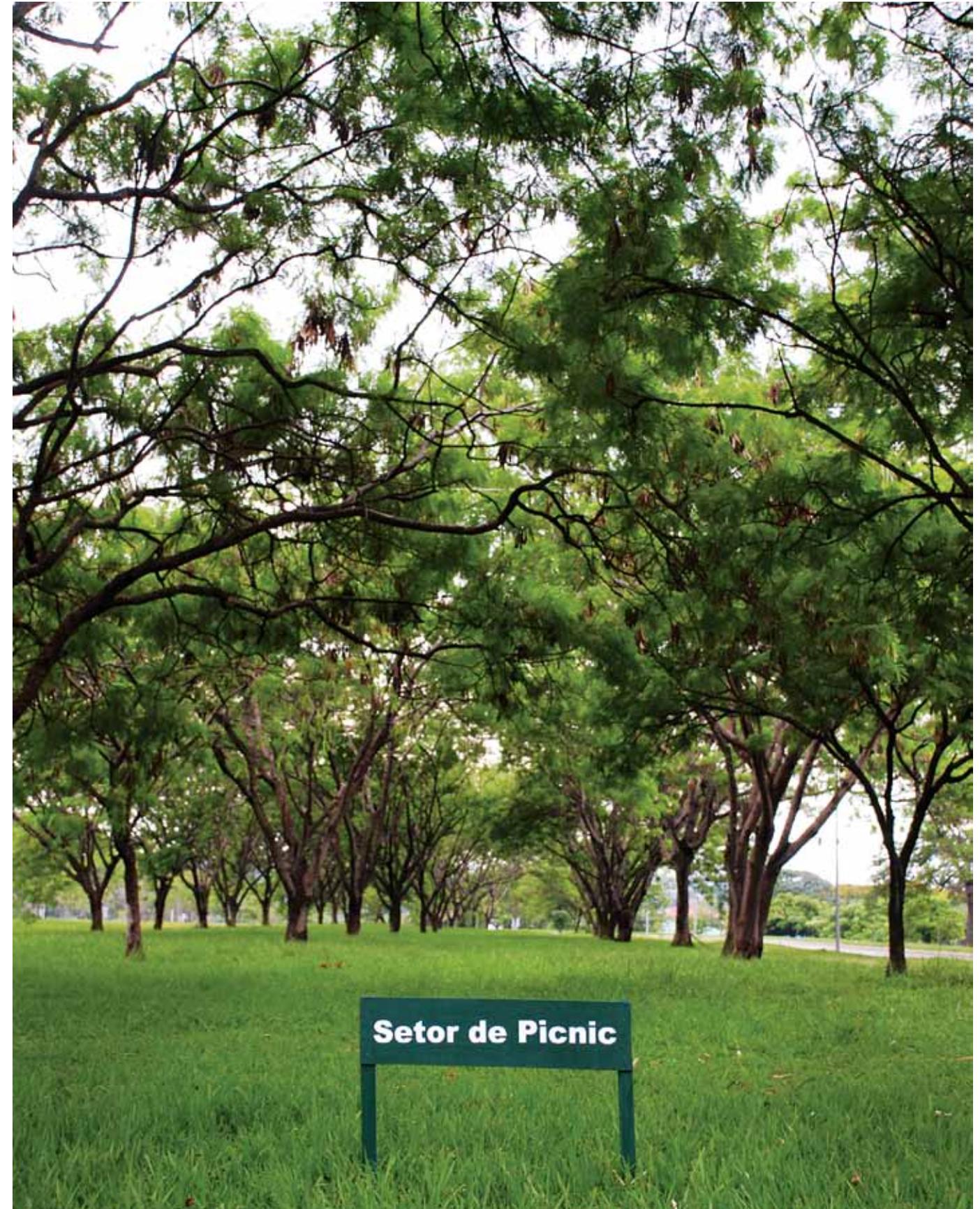
Será Brasília uma cidade ou quem sabe um amplo estacionamento? Às vezes, parece estendida na paisagem como um parque, mas, olhando bem, tem aquele ar de condomínio fechado. O coletivo mineiro Poro lembra que, de perto, uma cidade não cabe no mapa. No catálogo que reúne a exposição *Brasília: (Cidade) [Estacionamento] (Parque) [Condomínio]*, Brígida Campbell e Marcelo Terça-Nada dissecam este distrito tão federal e arriscam suas intervenções. Rabiscos, anotações, ensaios. Cartões-postais nos quais a imagem é a palavra, cabe a você imaginar a paisagem. Fotografias. Na cidade que é estacionamento, o grafismo tenta dar algum ordenamento, mas disseram que o cotidiano amolece a geometria. No parque que é condomínio, a ordem passa de progresso a digressão. Brasília se planejou em muitos setores, e a pergunta que fica é se conseguiu organizar as demandas que extrapolam seu croqui de arquiteto e conter o humor que extravasa pelas bordas, sem qualquer reverência.

Série "Postais para Brasília" Poro, 2012 www.poro.redezero.org











Que intermediários queremos?

Movimentos digitais não excluem a necessidade de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, mas as formas antigas e as novas terão de se adaptar umas às outras

POR DIEGO VIANA FOTOS AMANDA ABAD

Na voz que emergiu das ruas, um clamor brada por mais participação da sociedade civil na política. Isso vale não só para o Brasil: no 15M da Espanha, com o grito de “¡Democracia Real Ya!”; no Occupy Wall Street dos “99%”; em diversas sublevações, a percepção do descolamento entre a gestão da política e a necessidade dos cidadãos é generalizada. Além dos instrumentos de democracia direta que muitas dessas iniciativas experimentam, surge a questão dos intermediários que servem de interlocução entre a população e o governo ou mesmo como representação da primeira junto ao segundo. Ainda que a sociedade busque formas mais horizontais de governança, alguma intermediação se faz necessária. Posto isso, que interlocutores queremos? Recentemente, proliferaram meios de ativismo digital, como as

petições de Avaaz, Change.org e All Out, ou instrumentos de difusão da informação sobre a esfera pública – no Brasil, o mais conhecido é o carioca Meu Rio (meurio.org.br), com sua “**Panela de Pressão**”.

Às vezes, uma dessas plataformas canta vitória em alguma campanha: a desistência de demolição da **Escola Municipal Friedenreich**, no Rio de Janeiro; a derrubada de um projeto de lei na Inglaterra que favoreceria o império de Rupert Murdoch. Mas, apesar de projetos ambiciosos como o “plano de 20 anos” de Ricken Patel, fundador da Avaaz [1], ainda não é certo

Localizada nos arredores do Estádio do Maracanã, a escola seria derrubada pela prefeitura para as obras do entorno, mas a mobilização garantiu que isso não acontecerá antes da construção de uma substituta

O site paneladepressao.org.br permite enviar reclamações e campanhas a representantes do poder público

que esses movimentos possam se tornar intermediários políticos perenes, como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos.

“Antigamente, nós nos reuníamos com pão e manteiga para fazer política, conhecíamos uma série de instrumentos de pressão sobre as instituições, atuávamos por meio de formas sólidas que, bem ou mal, representavam a sociedade e eram o espaço da luta. Hoje está surgindo algo novo, porque as pessoas perceberam que podem transformar muita coisa com o conhecimento e a informação. Mas estou certo de que o novo e o velho vão desembocar no mesmo rio.” As palavras são de Arnaldo Marcolino, sindicalista com vasta trajetória em movimentos de bairro paulistanos, ainda antes da ditadura, depois no Movimento Negro e no Movimento Popular da Saúde, e membro de conselhos locais, estaduais e nacionais relacionados à saúde.

Para Marcolino, a rejeição a sindicatos e partidos políticos em muitas passeatas é, por um lado, sintoma da crise que atinge as instituições mais fortes do século XX. Por outro lado, os novos movimentos surgidos da internet, como o Movimento Passe Livre (tarifazero.org), também bebem na fonte das formas de mobilização antigas, sabendo que, sem a organização desenvolvida ao longo do

tempo, corre-se o risco de perder o controle dos acontecimentos. “Eles participaram de muitas reuniões com todos nós. Temos história e conhecimento para compartilhar. Se vierem a absorver o conhecimento dos antigos movimentos, os novos só vão crescer”, diz o sindicalista. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Rede, de Marina Silva, afirma que escolheu o caminho de tornar-se partido por causa da rigidez do sistema político brasileiro, mas defende a mescla entre os meios novos e os tradicionais de intermediação política (*leia as respostas na íntegra na versão digital desta reportagem*).

SEM SUBSTITUIÇÃO

O administrador Rodrigo Bandeira de Luna reforça a ideia de que é um erro acreditar que as plataformas de mobilização pela internet substituam formas tradicionais de atuação política, como reuniões, passeatas e a criação de instituições representativas fixas. Críticas a protestos convocados pela internet costumam ter esse viés, diz Luna, e com isso deixam escapar o ponto essencial: o que as plataformas digitais modificam é a maneira de chegar a essas instâncias de ativismo social.

Luna é um dos fundadores da plataforma Cidade Democrática, que desenvolve meios de intermediação entre a sociedade civil e

[1] Assista em bit.ly/18Aq4Ja.

REPRESENTAÇÃO



Segundo estudo, conselhos de participação também reproduzem

governos locais. Em São Paulo, a plataforma participa da criação do projeto de bairro da Pompeia, na Zona Oeste. No Pará, desenvolve a pedido do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu um projeto integrado que identifica demandas da população dos municípios afetados pela construção da Usina de Belo Monte, incluindo habitantes de áreas ribeirinhas sem acesso a tecnologias digitais. [2]

“A internet muda nossa forma de pensar, ao permitir um armazenamento de informação inédito”, diz Luna. “Mas, se as pessoas esperarem que só assinar petições na internet vai mudar algo, estão erradas. Continua sendo necessário se reunir, encontrar-se com representantes locais, fazer pressão de maneira presencial. O que mudou foi o jeito de chegar a isso, porque esse é o poder da internet”, completa. Para Luna, já está surgindo uma geração de políticos que entendeu a utilidade da mobilização virtual, como forma de saber de fato o que interessa à população e contrabalançar, tanto quanto possível, a influência de financiadores poderosos de campanha. “É muito mais eficiente e barato do que contratar consultorias e institutos de pesquisa.”

FALHAS NOS CONSELHOS

A interlocução política, que coloca frente a frente a administração do Estado e os interesses da sociedade civil, enfrenta tradicionalmente uma série de obstáculos que o ativismo digital começa a conhecer também. Antes mesmo da onda de manifestações que tomou

o País em junho, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) vinha publicando uma série de estudos sobre um dos instrumentos tradicionais de interlocução entre Estado e sociedade, os Conselhos de Políticas Públicas, fortalecidos pela Constituição de 1988. [3]

“Só a longo prazo se faz política pública de fato”, diz Igor Ferraz da Fonseca, pesquisador do Ipea. “Os conselhos são as iniciativas mais fortes para realizar política pública conjuntamente, o Estado frente a frente com a sociedade civil”, diz. Na apresentação do estudo, o cientista político Leonardo Avritzer, da Universidade Federal de Minas Gerais, afirma que “a participação política no Brasil tem experimentado um crescimento constante desde a democratização. Com a promulgação da Constituição de 1988, foi dada a partida para a formação de uma vasta institucionalidade participativa que inclui conselhos, orçamentos participativos e planos diretores municipais”.

Mas essas formas de intermediação implicam um “problema de efetividade”. Conselhos, conferências e orçamentos participativos são descritos como “elementos de mitigação de tradicionais desigualdades políticas, ampliando o acesso de atores excluídos do sistema formal” na pesquisa do Ipea. A pesquisa demonstra que, em certa medida, mesmo os conselhos de políticas públicas também reproduzem desigualdades presentes na sociedade, porque os representantes têm mais estudo formal e vivência de mobilização, além de uma renda

[2] Mais em bit.ly/1bZLZbw. [3] As pesquisas estão em ipea.gov.br/participacao.

mais alta do que as categorias que eles representam. “Se uma aldeia indígena for escolher um representante para um conselho, escolherá o índio que tenha feito doutorado”, exemplifica Fonseca.

A reprodução das desigualdades da sociedade e o fato de serem pouco conhecidos pela população em geral são os dois maiores problemas dos conselhos, segundo Fonseca. O pesquisador comenta, por exemplo, que o Movimento Passe Livre, estopim dos protestos que tomaram conta do País, não figurava na lista de instituições mantida pelo governo federal para orientar o diálogo com a sociedade civil. Na lista só apareciam entidades formalizadas, ou seja, que dispõem de sede fixa, telefone e hierarquias. “É fundamental ampliar o entendimento dos movimentos que a sociedade é capaz de criar”, diz Ferraz. “Estão surgindo vários movimentos horizontalizados, sem hierarquia clara, virtuais, e o governo tem de se adaptar a isso.”

“Comparados com o que se faz na internet, os conselhos do governo estão na Idade da Pedra”, diz Rodrigo Luna. “Ainda são formas muito lentas de ação e que não atingem tanta gente.”

Ferraz, do Ipea, ecoa a preocupação com o alcance limitado dos instrumentos oficiais de participação e propõe o desenvolvimento de ferramentas de participação direta nos conselhos. “Por que o Conama (*Conselho Nacional do Meio Ambiente*) deveria ter só os representantes do governo, da sociedade e do mercado, quando poderia também receber contribuições por videoconferência e e-mail, por exemplo? Por que o habitante de um pequeno município no meio da Amazônia não pode mandar sua contribuição e acompanhar os trabalhos?”, questiona.

desigualdades e são pouco conhecidos do público em geral

As movimentações nos governos para desenvolver ferramentas digitais de participação são incipientes, mas ganharam impulso com a pressão das ruas. No mês passado, o governo federal lançou o Participatório [4], que se propõe a ser um “espaço de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos”, voltado para a juventude. O governo começou a estudar também a criação de um “gabinete digital” para orientar a participação em redes sociais. E a Câmara dos Deputados lançou o site edemocracia.camara.gov.br, cujo objetivo declarado é incentivar a população a pautar, ao menos em parte, a agenda do Legislativo. Outra iniciativa recente é o Portal da Participação (psocial.sg.gov.br), que une a Secretaria-Geral da Presidência da República e secretarias estaduais.

Arnaldo Marcolino, como ativista social ligado a questões de saúde e raça foi representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Saúde durante seis anos (dois mandatos). Hoje, exerce o mesmo papel no Conselho Estadual de Saúde de São Paulo e explica até onde vai o poder de atuação dos conselhos, cujas resoluções muitas vezes têm poder de lei. O exemplo que dá é a 14ª Conferência Nacional de Saúde, de 2011, que reuniu representantes do governo, do setor privado, da classe médica e da sociedade civil, isto é, os usuários. A Conferência, relembra o conselheiro, decidiu pela resolução que desaguou na proposta do Ministério da Saúde

[4] Acesse em bit.ly/19IRkBX.

de trazer médicos estrangeiros para o Brasil.

“Foi um grande embate no conselho, mas a resolução saiu. Ainda assim, implementar a política é outra disputa completamente diferente”, diz. “Os movimentos sociais precisam atuar para garantir que a resolução seja executada, como estamos vendo agora na questão dos médicos estrangeiros.” Segundo Marcolino, a existência de um espaço dedicado especificamente a debater e gerir um tema de interesse social não exclui a disputa política no Congresso, no Executivo e na sociedade. Ele enxerga na atual disputa entre médicos e governo uma continuação do que ocorreu na Conferência.

Como é preciso dinheiro para garantir que as demandas da população sejam atendidas, um instrumento que merece menção é o Orçamento Participativo, já existente em cerca de 350 municípios, segundo a Rede Brasileira de Orçamento Participativo (Rede OP Brasil).

Para Kátia Lima, coordenadora da rede, “na maioria das cidades, o orçamento participativo origina-se de uma iniciativa do governante. Agora vemos a sociedade pedindo para participar dessas decisões”. Hoje, já existem experiências que usam novas tecnologias para aproximar os cidadãos desses espaços de decisão, como em Canoas (RS), que criou a Ágora Virtual, site da prefeitura que promove debates on-line. Em Guarulhos (SP), estuda-se criar uma página no Facebook para discutir a cidade. **Colaborou: Mariana Desidério**

 Acesse a íntegra das respostas da Rede Sustentabilidade e leia mais sobre orçamento participativo e sobre as iniciativas do governo para participação digital na versão desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22.





Do barro do chão

Conheça as iniciativas dentro e fora das salas de aula que contribuem para a aprendizagem de um novo sujeito político

POR THAÍS HERRERO

“Certa vez, um cientista político me disse que na escola há apenas disciplinas para que escolhamos uma futura profissão. Temos aulas de Matemática, Geografia, História etc. Mas não nos ensinam sobre algo que teremos que fazer certamente até os 60 anos: ‘votar’. Quem se lembra da reflexão é Caroline D’Essen, coordenadora de campanhas da Avaaz, a plataforma de maior relevância global quando o assunto é ativismo político na internet.

Como ela, outros especialistas ouvidos por esta reportagem apontam para uma lacuna no ensino brasileiro sobre temas ligados a cidadania, política, democracia direta, direitos e deveres. A maioria das instituições de ensino os dilui nas matérias de humanidades, sem enfatizá-los. “Os jovens se formam sem saber o que está na Constituição”, diz Pedro Aguerre, professor da Pontifícia Universi-

dade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Ciências Sociais e diretor da Escola de Governo. A instituição sem fins lucrativos ministra cursos sobre cidadania e participação política pagos e gratuitos, que são abertos para qualquer cidadão interessado.

Com o advento da internet e de novas tecnologias de comunicação, cresceu a possibilidade de participação por meio de sites, petições, consultas públicas e aplicativos de celular (*mais na reportagem “Que intermediários queremos?”, à pág. 36*). Ainda assim, a devolução da liberdade de expressão com o fim da ditadura militar em 1985 não foi acompanhada necessariamente de uma educação para o ativismo digital no Brasil. De nada adianta termos ferramentas, sem saber como usá-las. Por isso, alguns cursos e organizações dão conta do ensino sobre cidadania para a vida, que não consta em nossos currículos escolares.

Para evitar que fiquem reféns de interesses eleitoreiros, os cursos devem seguir projeto pedagógico de longo prazo

A Avaaz é uma das organizações que aposta no aprendizado sobre política por meio da prática ao trazer o ativismo para o dia a dia das pessoas. Todas as petições do site são acompanhadas de textos explicativos para que o internauta se informe e decida se deseja ou não apoiá-las. Além disso, semanalmente a comunidade de 4,7 milhões de membros (só no Brasil) recebe e-mails com notícias e informações de campanhas. A Avaaz também acompanha de perto algumas pautas no Congresso Nacional e os trâmites de projetos de lei relacionados aos abaixo-assinados lançados. “O ensino escolar é fundamental, mas as mídias sociais e as plataformas on-line são uma fonte complementar de formação para quem já saiu da escola”, reflete Caroline.

AS ESCOLAS DEPOIS DA ESCOLA

Para quem é adepto do ensino um pouco mais tradicional e teórico – em formato de aulas, professor-expositor e leituras –, existe a opção dos cursos da Escola de Governo. Sua inovação está no conteúdo e na iniciativa: formar agentes que atuem direta ou indiretamente na gestão pública e cidadãos interessados nos conceitos de democracia, república, ética e participação.

A Escola foi idealizada por Fábio Konder Comparato e lançada em 1991 em São Paulo. Nessa época, a redemocratização no Brasil, assim como a Constituição de 1988, ainda era recente e o jurista percebeu a necessidade de formar melhor os governantes e pessoas interessadas em entrar na vida pública. Hoje, há escolas conveniadas com a paulistana em outras nove cidades brasileiras. Seu primeiro curso foi o de “Formação de Governantes”, pago e dividido em dois módulos de um semestre cada. Nos anos iniciais, o público era constituído em sua maioria por pessoas ligadas a novos partidos políticos.

Em 2002, com o objetivo de expandir o alcance, a Escola lançou o curso “Formação Cidadã”, que oferece um primeiro contato com principais conceitos de política e democracia. É gratuito e dura um semestre. Segundo Pedro Aguerre, diretor da instituição, houve uma mudança no público desse curso. “Conforme a situação econômica dos brasileiros melhorou na última década, a periferia teve mais acesso a escolas e universidades e o brasileiro se qualificou mais. Aos poucos, o Formação Cidadã voltou-se para a nova classe C”, diz.

Na grade curricular estão aulas e palestras com grandes pensadores do País, entrevistas coletivas feitas pelos alunos, leituras de livros clássicos sobre a sociologia do Brasil, como *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, e filmes emblemáticos como o documentário *Trabalho Interno (Inside Job, 2010)*, sobre a crise econômica global de 2008. Mais ainda, os alunos vão às ruas em roteiros guiados para ver um pouco da realidade além da teoria em conversas com desde governantes até moradores de rua.

“A política está ao alcance de todos, não existe assunto que não seja explicável”, diz Adele Lamm, diretora-secretária da Escola de

Governo. “Como a política está intimamente ligada à vida das pessoas, não é tão difícil tratar do tema.” Ela acredita, assim como Caroline, da Avaaz, que a participação já funciona como formação. “Quando as manifestações (*de junho*) começaram, aumentou o interesse das pessoas pela questão do transporte e, com o decorrer dos acontecimentos, pela “tal reforma política”. Isso é muito didático. Não dá para esperar que as pessoas primeiro se politizem para depois participar da democracia”, diz.

Outra forma de se integrar mais na vida política institucional é por meio das escolas ligadas ao governo, como as do Legislativo, as das Câmaras municipais, do Senado e dos Tribunais de Contas. Esse tipo de instituição está previsto na Constituição Federal de 1988, no parágrafo 2 do artigo 39, que trata da necessidade de manter as chamadas “Escolas do Governo” para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos (não confundir com a Escola de Governo). Na prática, também atendem à população que não trabalha diretamente com os órgãos públicos, mas se interessa em saber mais sobre política.

A primeira escola de âmbito estadual surgiu em 1993, em Minas Gerais, ligada à Assembleia Legislativa. Dez anos depois, isso já ocorre em todas as outras unidades da federação. Entre os municípios, a implantação tem sido mais lenta. Apenas 95 cidades contam com as chamadas Escolas do Parlamento, ligadas à Câmara Municipal. A de São Paulo – Escola do Parlamento –, por exemplo, foi criada apenas em 2011. Seu diretor-presidente, Roberto Eduardo Lamari, no entanto, é otimista e acredita que as câmaras municipais cada vez mais formarão suas escolas. Para ele, estamos vendo apenas o começo de um movimento de maior transparência e participação.

Essas instituições são estabelecidas por decreto e se mantêm com verba pública. Atuam na linha de formação voltada para os eleitores e os eleitos, e um dos maiores objetivos é fortalecer o diálogo entre eles. Na prática, são oferecidos cursos, palestras e estudos sobre regiões e lançadas publicações. Há também intercâmbio entre as casas legislativas para que os vereadores conheçam programas e projetos de outros locais e se inspirem nas boas ideias. Tudo é gratuito e aberto a qualquer interessado.

Lamari acredita no potencial dessas instituições e afirma que é justamente o Legislativo que deve promover educação política para a sociedade. “É esse poder o maior interessado na democracia, porque depende dessa para sobreviver. Em um regime de exceção, é o primeiro a ser fechado. O Legislativo deve diminuir a distância com o eleitor, porque também é a casa do povo”, diz.

Para evitar que essas escolas fiquem reféns de interesses de partidos e políticos eleitos, uma saída é seguir o que fazem as instituições de ensino tradicional: projeto pedagógico de longo prazo a ser perseguido à risca. A Escola do Parlamento de São Paulo fez isso. Segundo Lamari, tal prática leva a que se torne autônoma, mais politizada e menos ligada a partidos específicos. “Algumas escolas



perdem o sentido de sua função, que não tem a ver com as pessoas eleitas naquele momento”, diz.

Um dos projetos da Escola do Parlamento de São Paulo prevê a inclusão da educação cidadã nas salas de aula. No segundo semestre de 2013, diretores de algumas instituições devem começar a receber capacitação. Em seguida, será a vez dos professores e, depois, de alunos e pais.

“Muitas pessoas defendem que é preciso ensinar política nas salas de aula, mas essa não é uma mudança que se faz da noite para o dia. Não há preparo dos professores nem número deles suficiente para isso. Vamos começar um piloto neste ano”, diz Lamari.

Outro projeto a que a Escola do Parlamento deve dar início em breve é um curso de pós-graduação com o tema “O Poder Legislativo e Local”, gratuito e aberto à população. O objeto central nesse caso seriam os estudantes universitários que buscam uma formação sobre gestão pública.

A introdução de educação sobre política por meio de capacitação dos diretores é fundamental como um primeiro passo para que o assunto ganhe espaço nas escolas. A noção de engajamento não começa necessariamente em uma disciplina. A presença de grêmios estudantis e a inclusão dos alunos nas tomadas de decisão da direção são formas simples de mostrar que a participação é importante e tem impacto positivo direto no dia a dia de todos, desde as menores faixas etárias.

Lamari alerta que, no entanto, nem todas as escolas estão preparadas para essa abertura. “Há professores que se opõem aos grêmios por temer os canais de diálogo, ter de dar explicações aos alunos e perder o poder. Ser democrático dá trabalho! E para aprender a

democracia é preciso exercitá-la dentro de casa, na sala de aula, na vida, e o tempo todo”, reflete.

“A demanda dos jovens é por ação. Por isso, é importante que a escola proporcione experiências e vivências para eles. Isso pode ser um pontapé para a mobilização em processos mais amplos”, afirma Raquel Souza, coordenadora do projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação e assessora da área de juventude da Ação Educativa. Em seu trabalho, ela lida principalmente com adolescentes das periferias. Em sua opinião, se quisermos formar esses futuros eleitores na democracia, é preciso que entendam como a política impacta diretamente em sua vida.

Raquel retoma uma pesquisa [1] feita há seis anos pela Ação Educativa, que perguntava ao jovem da periferia o que o Ensino Médio deveria oferecer. Entre as alternativas estavam “preparar para o mercado de trabalho”, “formar para o Ensino Superior” ou “formar para a cidadania”. A primeira foi considerada a mais importante pela maioria, refletindo uma preocupação com a questão financeira.

A pesquisadora acredita que esse resultado não significa necessariamente despolitização dos jovens. Uma outra parte da pesquisa apontou que 30% dos adolescentes acham que a escola deveria ajudar na realização de ações na comunidade. E 22% disseram que os conteúdos do Ensino Médio deveriam apresentar uma visão crítica da sociedade. “Por trás desses resultados está a ideia dos jovens de que a formação política vem junto com o agir”, diz Raquel.

Mais uma vez, prática e teoria se unem, mostrando que a política é o que fazemos no dia a dia, mais do que o que estudamos. □

[1] Acesse o estudo na íntegra em bit.ly/1bW7BXR.

Urgente pra quem?

Em junho, o novo Código de Mineração foi encaminhado em regime de urgência ao Congresso Nacional. Para representantes da sociedade civil, o novo marco legal, concebido sem diálogo público, ignora os impactos sociais e ambientais da atividade

POR FÁBIO DE CASTRO FOTOS AMANDA ABAD

Um dos segmentos que mais crescem no mundo, a indústria da mineração está em franca expansão no Brasil. O governo federal prevê que até 2030 as atividades do setor vão no mínimo triplicar, ou até quintuplicar. A atividade mineradora, porém, é regida por um marco legal obsoleto e não dá à sociedade um retorno compatível com suas agigantadas dimensões. Assim, o Executivo encaminhou ao Congresso, em junho de 2013, o projeto de um novo Código de Mineração, que deverá substituir a legislação atual, instituída em 1967, modernizando as relações entre governo e empresas. O projeto, no entanto, é severamente criticado, por não trazer avanços em relação aos impactos socioambientais – efeitos colaterais da

mineração, que deverão se tornar cada vez mais dramáticos em um cenário de crescimento vertiginoso do setor.

A necessidade de substituição do atual marco legal é praticamente consenso. A nova legislação deverá aumentar a arrecadação de *royalties*, democratizar e desburocratizar os processos de concessão e fortalecer o papel regulador do Estado. Apesar disso, mais de 80 organizações, movimentos sociais e partidos assinaram o manifesto “Código da Mineração, urgência não!”, divulgado no início de julho. Raul do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA), um dos signatários do manifesto, afirma que a principal preocupação no momento é reverter a decisão de enviar o projeto ao Congresso em regime de urgência.

Para a sociedade civil, o projeto tem pontos positivos, mas silencia sobre comunidades que sofrem impactos severos, além de deixar lacunas sobre a atividade em Terras Indígenas

O governo alega, em documentos oficiais divulgados no site do Ministério de Minas e Energia (MME), que o projeto vem sendo discutido com a sociedade desde 2009. Mas, de acordo com Valle, esse debate só envolveu os ministérios e as empresas do setor mineral. “Depois de quatro anos de conversas internas e sigilosas com as empresas, o governo quer dar à sociedade apenas 90 dias de discussão pública. Isso não é razoável. Há questões complexas e importantes, como os direitos das populações afetadas, que nem sequer foram mencionadas. O regime de urgência impossibilitará um debate de qualidade”, diz. O MME e a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral foram procurados insistentemente pela reportagem de PÁGINA22, mas não se pronunciaram até o fechamento.

Apesar da omissão em relação a aspectos sociais e ambientais, Valle afirma que a necessidade de modernização da legislação é um consenso. Segundo ele, não se trata de combater o projeto em si, mas de derrubar o regime de urgência para proporcionar um debate que atenda aos anseios da sociedade. “O projeto tem muitos pontos positivos – trata de prazos, licitações, alíquotas de *royalties*, direitos e deveres das empresas e do governo –, mas silencia sobre milhares de comunidades que sofrem impactos severos da atividade mineradora”, afirma.

O reajuste dos *royalties* da mineração é uma das principais mudanças previstas no novo código. O governo quer estabelecer teto de 4% nas **alíquotas** que incidam no faturamento bruto das empresas. Atualmente, incidem no faturamento líquido e variam de 0,2% a 3%, dependendo do tipo de minério.

Para efeito de comparação, o petróleo – que, como os demais minérios, pertence ao Estado brasileiro – tem alíquotas que chegam a 10% do faturamento bruto. Com isso, em 2010, foram arrecadados R\$ 20,8 bilhões em *royalties* e compensação financeira do petróleo. Enquanto isso, a mineração, que tem faturamento líquido maior, recolheu só R\$ 1,08 bilhão. Além disso, enquanto o petróleo é extraído em maior parte para consumo interno, 75% do minério de ferro é exportado – isto é, o principal produto da mineração brasileira é beneficiado com a isenção de ICMS, o que reduz sua contribuição para a sociedade.

Outra diferença essencial é que a exploração do petróleo é feita a partir de concessões estabelecidas em leilões públicos internacionais. “Na mineração, não temos um sistema republicano. Qualquer pessoa ou empresa pode fazer a requisição de pesquisa e lavra. O novo código introduz a figura de concessão de exploração mediante licitação pública”, afirmou Valle. Uma vez realizada a licitação, a empresa vencedora recebe um título único para concessão de pesquisa e lavra. Atualmente não há prazo estabelecido para a licença, mas no novo código o concessionário terá um prazo de 40 anos, renovável por mais 20, podendo ser

prorrogados sucessivamente. O ganhador da licença também será obrigado a realizar investimentos mínimos na área concedida.

Além do reajuste dos *royalties* e da introdução das licitações públicas, o projeto também prevê uma modificação institucional: o Departamento Nacional de Produção Mineral será convertido em uma agência reguladora e será criado o Conselho Nacional de Política Mineral, nos moldes do setor energético.

OS IMPACTADOS

Os avanços propostos são importantes, mas são insuficientes, de acordo com Valle. “Temos um problema gravíssimo no sistema legal, que é a subavaliação dos impactados pela mineração. Essas populações são tratadas como cidadãos de segunda classe e os impactos avaliados somente do ponto de vista técnico”, disse. Segundo ele, seria preciso estabelecer critérios para identificar essas comunidades e lhes dar alguma forma de compensação financeira.

Problemas complexos relacionados à contaminação das águas superficiais, que penalizam as comunidades ribeirinhas, também foram deixados de fora do novo código. “Estamos defendendo que a nova lei, como acontece em outros países, preveja um zoneamento ecológico mineral. Precisamos de princípios gerais que estabeleçam onde a atividade pode ser exercida, preservando mananciais, quilombos, áreas prioritárias de conservação e assim por diante”, defende.

Também contrário ao regime de urgência na votação do projeto, o ex-deputado federal José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG) acredita que o texto do novo código foi concebido para agradar as empresas mineradoras. O projeto estabelece a obrigação do minerador de recuperar a área minerada, mas não determina punições nem exige garantias. Também não deixa claro a obrigação de mitigar os impactos socioambientais e indenizar as comunidades afetadas. Os proprietários dos imóveis diretamente impactados pela mineração receberão 20% do valor arrecadado com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), mas o benefício não alcança os posseiros e a população atingida de forma indireta. “É gravíssimo que o projeto não toque em questões socioambientais”, diz.

Segundo ele, um exemplo da magnitude do problema é a construção do mineroduto com mais de 500 quilômetros – o maior do mundo – ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro. “O projeto, definido como ‘de utilidade pública’ pelo governo mineiro, foi vendido para a Anglo American, com uso gratuito da água, e está sendo questionado pelo Ministério Público por uma série de aspectos relacionados ao licenciamento”, diz Oliveira. O novo código, segundo ele, não contribui para evitar esse tipo de

As alíquotas específicas para cada minério seriam definidas por portaria, após a aprovação do novo código



A introdução das licitações e a declaração de caducidade da lavra são avanços do novo código, impedindo transações que visam perpetuar as concessões e criar monopólios

problema. “O projeto enviado ao Congresso não tem uma só linha sobre política de recursos hídricos para uso de água no transporte e beneficiamento de minérios”, diz. Procurada pela reportagem, a Anglo American preferiu não se pronunciar.

“A política mineral tem sido tratada em terceiro plano pelo governo federal e o governo mineiro se omite completamente em relação ao código”, declarou Oliveira. Segundo ele, o estado de Minas Gerais detém mais da metade da produção mineral brasileira e 70% da **exploração do minério de ferro**, que é o carro-chefe do setor no Brasil. “Os lucros das empresas hoje são gigantescos, mas não se pensa em uma cadeia produtiva de agregação de valor. Tudo isso beneficia muito pouco o País. Hoje, no Norte de Minas Gerais, por exemplo, podemos dizer que o subsolo pertence a empresas da China.” A reportagem procurou repetidamente ouvir o setor empresarial, representado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Com o lançamento do Plano Nacional de Mineração 2030, em fevereiro de 2011, os pedidos de concessão de lavra pararam de ser atendidos, a fim de que em alguns meses fossem incluídos já nas regras do novo código. “Com esse represamento de pedidos, a pressão das empresas é grande e esse é o alibi para que o governo apresente o projeto em regime de urgência. Não seria preciso urgência – bastaria incluir uma cláusula determinando retroatividade do novo código para inscrições feitas até certo momento”, explica Oliveira. Com o regime de urgência, segundo ele, o debate público ficará impossibilitado.

EXPANSÃO AMAZÔNICA

Se Minas Gerais concentra hoje as atividades de mineração no Brasil, a Amazônia é o principal foco de expansão dos negócios no setor. Os investimentos de R\$ 350 bilhões previstos pelo Plano de Mineração até 2030 são destinados prioritariamente à Região Amazônica. Ali, tornam-se ainda mais dramáticas as pressões ambientais e sociais que preocupam os críticos do novo código.

De acordo com o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, responsável pelo *Jornal Pessoal*, de Belém, o marco legal atualmente em vigor foi concebido em um contexto de estímulo para a ocupação da Amazônia. O código foi instituído em 1967, dois anos após a descoberta da jazida de Carajás e uma década depois das primeiras atividades de lavra de minério na Amazônia – o manganês no Amapá. A partir daí, o Pará, que se limitava à garimpagem do ouro, tornou-se o segundo produtor mineral do Brasil.

“O código em vigor tem uma filosofia desenvolvimentista, sem nenhum condicionante ambiental e sem preocupação com

a regulamentação da atividade. Ele fez do requerimento de lavras um processo espúrio, no qual ganhava o primeiro a chegar. A irracionalidade preponderava”, declara Lúcio Flávio. Segundo ele, desse ponto de vista, a introdução das licitações é um grande avanço do novo código, assim como a declaração de caducidade da lavra – que deverá impedir transações políticas e comerciais que visam perpetuar as concessões e criar monopólios.

“Mas, do ponto de vista social e ambiental, o novo código traz grandes problemas”, disse Lúcio Flávio. Na Amazônia, uma lacuna específica do novo código ganha contornos mais graves: a questão da mineração em Terras Indígenas. “Até hoje não se tem uma definição clara sobre a legalidade de minerar nessas áreas. Também não se definiu qual o poder decisório dos índios. A posição dominante é que o índio tem direito a *royalties* e indenização, mas não tem poder decisório, muito menos operacional.” Um dos problemas mais preocupantes do novo código, no entanto, é a questão da extinção de jazidas. “As mineradoras passam todo o tempo da vida útil da jazida formando um fundo de exaustão, para recuperar o local após o uso. Mas as exigências são tão fluidas e frágeis que, na prática, não há recomposição da paisagem”, diz.

O exemplo mais gritante desse problema, segundo Lúcio Flávio, é o caso da Serra do Navio, no Amapá – a mais rica jazida de manganês do planeta. “A empresa (*Icomi, já extinta*) teve a concessão por 50 anos, mas antes disso houve exaustão e não houve a recomposição da paisagem. Não ficaram apenas todos os buracos, mas também grandes quantidades de lixo industrial e resíduos de arsênio, substância letal produzida por uma experiência pioneira de pelletização de manganês”, afirma. Os resíduos, em região próxima a Macapá, afetaram 2 mil pessoas. “O índice de câncer nessa população é um caso de calamidade pública”, ressalta Lúcio Flávio.

Em geral, quando uma jazida se esgota, as populações locais ficam inteiramente abandonadas. “Isso se explica pelo fato de que hoje o minério de ferro, ao lado da soja, é o maior produto de exportação do Brasil. Nunca um mineral teve tanto peso na economia brasileira, com exceção do ouro no século XVIII”, diz.

Aumentar os *royalties* sem discutir participação nos lucros, de acordo com Lúcio Flávio, relativiza os benefícios da atividade mineradora para o País. A proposta do Executivo é que as alíquotas hoje incidentes sobre o faturamento líquido passem a ser calculadas sobre o faturamento bruto das empresas. Mas, para ele, ainda assim, a participação nos lucros ficará limitada, já que boa parte dos minérios tem seu valor calculado pelo custo de extração na boca da mina, sem valor agregado. “Os *royalties* serão calculados a partir do faturamento bruto da produção. Mas seria preciso também garantir uma participação a ser calculada sobre o lucro líquido”, propõe.

▲ A previsão é que a produção brasileira de minério de ferro passe dos 360 milhões de toneladas atuais para cerca de 1,1 bilhão de toneladas em 2030

[COLUNA]

Garoto-propaganda de um novo capitalismo | Richard Branson e seus colegas do B Team concentram-se em instituir a contabilidade dos impactos socioambientais (positivos e negativos) das empresas, desenvolver incentivos e subsídios e discutir o perfil ideal das lideranças globais **POR REGINA SCHARF***

Toda causa precisa de um líder icônico – e a luta pela inclusão da sustentabilidade no modelo de negócios das empresas acaba de encontrar o seu. O irreverente *Sir* Richard Branson, um dos homens mais ricos da Grã-Bretanha, lançou em junho uma ofensiva para persuadir o empresariado a trocar as metas de curto prazo por estratégias que incorporem as preocupações socioambientais. Trata-se do B Team, uma aliança de líderes empresariais de prestígio global, unidos para persuadir governos e multinacionais a adotarem novos paradigmas. “Não devemos incumbir apenas políticos e organizações sociais de lidar com os problemas do mundo – as empresas também deveriam ajudar”, defende Branson. “Muitas empresas tomam iniciativas importantes individualmente – mas elas poderiam ser muito mais poderosas e ter um impacto maior se atuassem coletivamente.”

Branson escolheu a dedo os parceiros que queria ver envolvidos nesse esforço coletivo. A lista inclui, entre outros, o brasileiro Guilherme Leal, da Natura; Ratan Tata, do Grupo Tata, um dos conglomerados mais poderosos da Índia; Paul Polman, CEO da Unilever, líder mundial na fabricação de bens de consumo; Arianna Huffington, do influente website Huffington Post; François-Henri Pinault, CEO da holding francesa Kering, dona de grandes lojas e marcas de luxo; o Nobel Muhammad Yunus, fundador do banco de microcrédito Grameen; e a ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que liderou a comissão da ONU que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável nos anos 1980. Branson divide a coordenação com Jochen Zeitz, até recentemente CEO da indústria de artigos esportivos Puma e uma das principais vozes no debate sobre a responsabilidade social corporativa ([mais em goo.gl/kDP1v](http://mais.em.goo.gl/kDP1v)). No momento, ele é diretor da Kering, de Pinault.

O conceito do B Team, em si, não é novo. Coletivos de empresários com ideias mais arejadas, interessados em fomentar a responsabilidade social corporativa, estão



nessa luta há duas décadas, atuando em organizações como o Instituto Ethos e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. A novidade do B Team é que ele é liderado por Branson, um trator que não aceita “não” como resposta.

O homem é um cruzamento de Bill Gates com Lady Gaga. Construiu do zero uma fortuna de US\$ 4,6 bilhões, que inclui as 400 empresas do Virgin Group, concentradas nos setores de turismo e entretenimento. Um dos seus projetos mais vistosos é a Virgin Galactic, primeira empresa privada de exploração espacial, que já recebeu US\$ 80 milhões de candidatos a astronautas amadores. “Cansei de esperar pela oportunidade de ir ao espaço em uma espaçonave americana ou russa a um preço razoável”, justificou. Branson é, também, um marqueteiro despudorado e hiperativo. Estrelou *reality show*, fez ponta nos *Simpsons* e em um filme de James Bond, tentou quebrar recordes em balonismo e pulou de um edifício em Las Vegas vestido a rigor. Perto dele, Eike Batista é aprendiz.

Nos últimos anos, colocou sua exuberância a serviço do bem comum. Seguindo os passos de Bill Gates, decidiu doar metade de sua riqueza e tem fomentado iniciativas de desenvolvimento e democratização na África. Mais importante: é uma figura agregadora, que costura alianças entre personagens de destaque no mundo

político e empresarial para multiplicar o poder de fogo de cada indivíduo. Formou mutirões de notáveis sob as bandeiras mais diversas, do banimento dos arsenais nucleares à redução da pegada de carbono do setor privado. Foi também responsável pela articulação de um grupo batizado de The Elders (Os Anciãos) – que inclui Nelson Mandela, Fernando Henrique Cardoso e o ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan, com a finalidade de usar seu peso político para mediar conflitos regionais.

O B Team usará o talento agregador de Branson para replicar a experiência bem-sucedida de Jochen Zeitz à frente da Puma. O grupo pretende disseminar o lema da multinacional alemã – empresas devem ser “justas, honestas, positivas e criativas” – e se concentrar em três frentes: instituir a contabilidade dos impactos socioambientais (positivos e negativos) das empresas; desenvolver incentivos e subsídios para práticas sustentáveis; e discutir qual seria o perfil ideal das lideranças globais.

A formação dessa força-tarefa de elite vem confirmar que o debate socioambiental nas empresas chegou à maturidade. Já se foram os tempos heroicos em que os empresários engajados cabiam em uma Porsche conversível.

✦ JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE



Cheesecake de buriti

O Cerrado cobre 24% do território do Brasil – é o segundo maior bioma do País e ao mesmo tempo fronteira da expansão agrícola. Terra de gramíneas e árvores esparsas que, ao sentir os ventos da seca chegar, contorcem-se e ganham um ar de fragilidade. E também de resistência. Porque resistem ali 330 mil espécies da flora e fauna, sob constante ameaça. E há a espécie humana. Uns de pés descalços, outros engravatados no coração do Cerrado, também chamado de Distrito Federal.

É uma terra que de tudo dá. Inclusive delícias culinárias feitas com seus frutos, como os do buriti (ou miriti), da receita abaixo, retirada do site cerratinga.org.br. O site reúne informações sobre a diversidade dos biomas do Cerrado e da Caatinga com o objetivo de valorizar suas espécies e os pequenos produtores das regiões. Gostou da receita, mas não sabe onde encontrar o buriti? O site indica onde comprá-los. – **POR THAÍS HERRERO**

Ingredientes

Massa:

1 pacote de biscoito de maisena
manteiga (até o ponto de massa)

Calda:

100g de doce de buriti
água filtrada

Recheio:

3 gemas
200g de ricota
200g de *cream cheese*
1 lata de leite condensado
3 colheres de sopa de maisena
raspas de limão
1 colher de chá de essência de baunilha

Como fazer

Massa: Triturar os biscoitos e adicionar a manteiga até obter o ponto de massa. Espalhar na forma de fundo falso de maneira uniforme e levar ao forno pré-aquecido a 180°C por 10 minutos.

Calda: Derreter o doce de buriti com água (o quanto achar necessário). Despejar sobre o recheio. Levar à geladeira por 3 horas.

Recheio: Bater todos os ingredientes no liquidificador. Despejar na massa pré-cozida e levar ao forno por 25 minutos.

Montagem: Cobrir o fundo e as laterais e uma forma de fundo falso com as rodela de rocambole, rechear com mousse de buriti. Deixar gelar até endurecer e desenformar.

INSTITUTO
ETHOS

CONFERÊNCIA
ETHOS 2013

COMO TRANSFORMAR PRINCÍPIOS EM NEGÓCIOS?

Não é possível gerar mais valor fazendo as mesmas coisas, do mesmo jeito.

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS E RESPONSÁVEIS: OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS E PARA O BRASIL

Neste ano juntamos teoria e prática. Além de assistir a palestras com a tradicional qualidade de conteúdo da Conferência Ethos, você poderá participar da análise de casos e da construção de modelos de negócios sustentáveis.

3 A 5 DE SETEMBRO

TEATRO GEO

(Prédio do Instituto Tomie Othake)
Rua Coropés, 88 - Pinheiros

SÃO PAULO - SP

EMPRESAS E PROFISSIONAIS

Venham construir conosco os novos negócios e debater temas como modelagem, inspiração de lideranças, análise de riscos e novas tecnologias.

EMPRESAS E EMPREENDEDORES

Inscram suas ideias e casos de negócios sustentáveis. Os selecionados contarão com mentores e especialistas, exposição aos capitais "anjo" e "venture", reconhecimento e divulgação.

INSCREVA-SE: ethos.org.br/ce2013

f InstitutoEthos t @institutoethos



Não deixe que as
florestas do Brasil
fiquem no passado.

Não há mais tempo, as florestas brasileiras estão sendo dizimadas e, se não agirmos agora, elas farão parte do passado. O Brasil pode se desenvolver sem desmatamento. Junte-se ao Greenpeace e faça parte da mudança.

GREENPEACE
www.greenpeace.org.br